

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	87
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	88
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	89
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	254.035
Preferenciais	0
Total	254.035
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	18.143.606	17.656.687
1.01	Ativo Circulante	3.339.284	3.110.977
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	316.633	65.262
1.01.02	Aplicações Financeiras	122.243	121.002
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	122.243	121.002
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	122.243	121.002
1.01.03	Contas a Receber	2.092.488	2.062.357
1.01.03.01	Clientes	2.092.488	2.062.357
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e outros recebíveis	3.841.879	3.753.612
1.01.03.01.02	Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	-1.749.391	-1.691.255
1.01.06	Tributos a Recuperar	620.205	693.045
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	620.205	693.045
1.01.06.01.01	Impostos de renda e contribuições sociais compensáveis	102.377	111.009
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	517.828	582.036
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	187.715	169.311
1.01.08.03	Outros	187.715	169.311
1.01.08.03.01	Serviço em curso	52.120	51.857
1.01.08.03.02	Outros Créditos	106.787	113.602
1.01.08.03.04	Créditos a receber - subvenção e outros	28.808	3.852
1.02	Ativo Não Circulante	14.804.322	14.545.710
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.463.237	12.119.579
1.02.01.04	Contas a Receber	536.440	510.326
1.02.01.04.01	Contas a receber de clientes e outros recebíveis	536.440	510.326
1.02.01.07	Tributos Diferidos	505.546	521.176
1.02.01.07.01	Tributos diferidos	505.546	521.176
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	11.421.251	11.088.077
1.02.01.10.03	Outros tributos compensáveis	2.632.818	2.633.581
1.02.01.10.04	Depósitos vinculados a litígios	227.947	219.088
1.02.01.10.06	Ativo indenizável (concessão)	7.444.722	7.259.520
1.02.01.10.09	Ativos contratuais	1.115.764	975.888
1.02.03	Imobilizado	241.453	200.433
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	241.453	200.433
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	64.877	54.448
1.02.03.01.02	Ativo de direito de uso	98.559	62.981
1.02.03.01.03	Imobilizado em andamento	78.017	83.004
1.02.04	Intangível	2.099.632	2.225.698
1.02.04.01	Intangíveis	2.099.632	2.225.698
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.827.693	1.933.996
1.02.04.01.02	Softwares	270.799	290.562
1.02.04.01.03	Bens de renda	1.140	1.140

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	18.143.606	17.656.687
2.01	Passivo Circulante	8.783.546	7.846.753
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	69.175	64.517
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	69.175	64.517
2.01.01.02.01	Salários, provisões e encargos sociais	69.175	64.517
2.01.02	Fornecedores	1.104.379	1.085.156
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.104.379	1.085.156
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	855.500	904.576
2.01.02.01.03	Partes Relacionadas	248.879	180.580
2.01.03	Obrigações Fiscais	130.775	191.469
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	43.968	44.102
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	43.968	44.102
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	77.314	140.578
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	9.493	6.789
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	6.333.983	5.416.147
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	6.333.983	5.416.147
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	4.997.136	4.618.777
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.336.847	797.370
2.01.05	Outras Obrigações	1.145.234	1.089.464
2.01.05.02	Outros	1.145.234	1.089.464
2.01.05.02.05	Instrumentos financeiros derivativos -swap	262.588	225.684
2.01.05.02.06	Dividendos a pagar	77.666	77.666
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	234.686	215.258
2.01.05.02.10	Passivo financeiro setorial	116.749	70.624
2.01.05.02.11	Encargos setoriais	93.159	102.752
2.01.05.02.12	Obrigações por arrendamentos	28.542	17.081
2.01.05.02.13	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	331.844	380.399
2.02	Passivo Não Circulante	3.982.536	4.469.054
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	536.084
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	536.084
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	536.084
2.02.02	Outras Obrigações	3.183.509	3.139.821
2.02.02.02	Outros	3.183.509	3.139.821
2.02.02.02.04	Benefícios pós-emprego	305.117	304.739
2.02.02.02.05	Passivo Financeiro Setorial	124.160	9.088
2.02.02.02.06	Outras obrigações	536	446
2.02.02.02.07	Instrumentos financeiros derivativos -swap	0	69.298
2.02.02.02.08	Encargos setoriais	75.858	65.824
2.02.02.02.09	Obrigações por arrendamentos	76.943	56.138
2.02.02.02.11	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	2.600.895	2.634.288
2.02.04	Provisões	799.027	793.149
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	799.027	793.149
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	26.732	26.499
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	367.696	363.951
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	399.528	374.888

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2.02.04.01.05	Provisões regulatórias	0	22.740
2.02.04.01.06	Outras provisões	5.071	5.071
2.03	Patrimônio Líquido	5.377.524	5.340.880
2.03.01	Capital Social Realizado	4.438.230	4.438.230
2.03.02	Reservas de Capital	23.254	23.254
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.308	2.308
2.03.02.07	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital	20.946	20.946
2.03.04	Reservas de Lucros	912.095	912.095
2.03.04.01	Reserva Legal	142.520	142.520
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	769.575	769.575
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	28.350	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-24.405	-32.699
2.03.08.02	Instrumentos financeiros derivativos - swap	-24.405	-32.699

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.055.408	2.099.370
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.620.011	-1.675.378
3.03	Resultado Bruto	435.397	423.992
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-156.392	-127.462
3.04.01	Despesas com Vendas	-5.725	-5.059
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-81.997	-100.717
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-100.926	-42.871
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	32.256	21.185
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	279.005	296.530
3.06	Resultado Financeiro	-235.025	-286.927
3.06.01	Receitas Financeiras	56.977	107.672
3.06.01.01	Receitas financeiras	56.952	107.672
3.06.01.02	Variações cambiais, líquidas	25	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-292.002	-394.599
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-292.002	-394.569
3.06.02.02	Variações cambiais, líquidas	0	-30
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	43.980	9.603
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-15.630	-15.872
3.08.01	Corrente	-4.273	-29.919
3.08.02	Diferido	-11.357	14.047
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	28.350	-6.269
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	28.350	-6.269
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,1116	-0,0261

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	28.350	-6.269
4.02	Outros Resultados Abrangentes	8.294	-17.024
4.02.03	Ganho (perda) em instrumentos financeiros	12.567	-25.794
4.02.04	Tributos diferidos sobre Ganho (perda) em instrumento financeiro derivativos	-4.273	8.770
4.03	Resultado Abrangente do Período	36.644	-23.293

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	295.846	331.719
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	455.532	359.601
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	28.350	-6.269
6.01.01.02	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	57.505	14.406
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	194.469	171.278
6.01.01.04	Provisão para processos judiciais e outros riscos	52.405	25.425
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias Provisionados	181.482	188.760
6.01.01.06	Marcação a mercado de ativo indenizável	-118.176	-99.524
6.01.01.07	Valor Residual do ativo Imobilizado e ativo Intangível baixado	650	1.071
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.357	-14.047
6.01.01.09	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	7.842	7.426
6.01.01.11	Ativos e passivos financeiros setoriais	-41.434	-50.489
6.01.01.12	Perda de recebíveis de clientes	43.421	28.465
6.01.01.13	Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	26.118	100.477
6.01.01.14	Instrumentos financeiros derivativos - marcação a mercado	-561	32.625
6.01.01.15	Marcação a mercado da dívida	-686	-34.113
6.01.01.16	Variações cambiais da dívida	12.790	-5.890
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-148.319	-10.320
6.01.02.01	Consumidores e outras contas a receber	-157.171	-314.505
6.01.02.02	Subvenção CDE - Desconto Tarifário	-24.956	-26.560
6.01.02.03	Encargos setoriais	441	12.070
6.01.02.04	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-81.948	1.817
6.01.02.05	Tributos a Compensar	80.601	-88.880
6.01.02.06	Ativo financeiro setorial	41.434	50.489
6.01.02.07	Depositos Vinculados a Litígios	-8.859	-6.360
6.01.02.08	Outros Créditos	6.815	2.067
6.01.02.09	Fornecedores	19.223	49.393
6.01.02.10	Folha de Pagamento	4.658	9.584
6.01.02.11	Passivos Financeiros Setoriais	161.197	177.242
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social a pagar	4.273	29.918
6.01.02.14	Pagamento das Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-70.854	-36.562
6.01.02.15	Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	-25.079	-6.796
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	-11.271	127.139
6.01.02.17	Serviço em Curso	-263	-1.114
6.01.02.18	Pagamento de juros de instrumento financeiro derivativo	-45.384	-21.545
6.01.02.19	Outras obrigações fiscais	-60.694	8.066
6.01.02.20	Outros Passivos	19.518	24.217
6.01.03	Outros	-11.367	-17.562
6.01.03.01	Pagamento de juros de arrendamento	-3.903	-7.736
6.01.03.03	Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	-7.464	-9.826
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-275.070	-349.461
6.02.01	Titulos e valores mobiliários	-1.241	-2.862

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
6.02.02	Aplicações no Intangível e Imobilizado	-273.829	-346.599
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	230.595	288.500
6.03.03	Captação de Empréstimos e Financiamentos	990.778	292.306
6.03.04	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos (principal)	-750.000	-2.064
6.03.05	Pagamento de arrendamentos financeiros (principal)	-10.183	-1.742
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	251.371	270.758
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	65.262	68.143
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	316.633	338.901

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.438.230	23.254	912.095	0	-32.699	5.340.880
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.438.230	23.254	912.095	0	-32.699	5.340.880
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.350	8.294	36.644
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.350	0	28.350
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	8.294	8.294
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	12.567	12.567
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-4.273	-4.273
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.438.230	23.254	912.095	28.350	-24.405	5.377.524

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.138.230	23.254	1.130.203	0	-56.797	5.234.890
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.138.230	23.254	1.130.203	0	-56.797	5.234.890
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-6.269	-17.024	-23.293
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-6.269	0	-6.269
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-17.024	-17.024
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-25.794	-25.794
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	8.770	8.770
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.138.230	23.254	1.130.203	-6.269	-73.821	5.211.597

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2024 à 31/03/2024	Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
7.01	Receitas	3.134.052	3.052.087
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.892.657	2.703.238
7.01.02	Outras Receitas	32.256	21.185
7.01.02.02	Outras Receitas	32.256	21.185
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	266.644	342.070
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-57.505	-14.406
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.589.173	-1.664.442
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.467.624	-1.551.149
7.02.04	Outros	-121.549	-113.293
7.02.04.02	Custo de construção	-121.549	0
7.02.04.03	Outras despesas operacionais	0	-113.293
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.544.879	1.387.645
7.04	Retenções	-194.469	-171.278
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-194.469	-171.278
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.350.410	1.216.367
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	70.072	128.430
7.06.02	Receitas Financeiras	70.072	128.430
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.420.482	1.344.797
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.420.482	1.344.797
7.08.01	Pessoal	72.083	62.855
7.08.01.01	Remuneração Direta	47.833	40.437
7.08.01.02	Benefícios	9.290	7.758
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.264	2.600
7.08.01.04	Outros	11.696	12.060
7.08.01.04.01	Outros encargos sociais	3.490	2.620
7.08.01.04.02	Convênio assistencial e outros benefícios	1.640	2.757
7.08.01.04.03	Participação nos resultados	6.566	6.683
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.029.337	877.673
7.08.02.01	Federais	440.411	416.970
7.08.02.02	Estaduais	587.207	458.065
7.08.02.03	Municipais	1.719	2.638
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	290.712	410.538
7.08.03.01	Juros	305.097	415.357
7.08.03.02	Aluguéis	-14.385	-4.819
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	28.350	-6.269
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	28.350	-6.269

Comentário do Desempenho

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024 – A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Enel Distribuição Rio” ou “Companhia”) anuncia os seus resultados do primeiro trimestre (“1T24”). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

DESTAQUES

DESTAQUES DO PERÍODO

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Receita Bruta (R\$ mil)	3.159.301	3.045.308	3,7%	3.118.401	1,3%
Receita Líquida (R\$ mil)	2.055.408	2.099.370	-2,1%	2.024.795	1,5%
EBITDA (2) (R\$ mil)*	463.669	458.379	1,2%	350.843	32,2%
Margem EBITDA (%)*	22,56%	21,83%	0,73 p.p	17,33%	5,23 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	25,92%	26,08%	-0,16 p.p	19,69%	6,23 p.p
EBIT (3) (R\$ mil)*	279.005	296.530	-5,9%	173.722	60,6%
Margem EBIT (%)*	13,57%	14,12%	-0,55 p.p	8,58%	4,99 p.p
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	28.350	(6.269)	<-100,0%	(36.816)	<-100,0%
Margem Líquida	1,38%	-0,30%	1,68 p.p	-1,82%	3,20 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	1,58%	-0,36%	1,94 p.p	-2,07%	3,65 p.p
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	3.214	3.078	4,4%	3.015	6,6%
CAPEX (R\$ mil)*	285.448	300.395	-5,0%	291.675	-2,1%
DEC (12 meses)*	9,47	9,21	2,8%	9,00	5,2%
FEC (12 meses)*	4,30	4,15	3,6%	4,15	3,6%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	95,93%	96,49%	-0,56 p.p	96,81%	-0,88 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	23,13%	22,00%	1,13 p.p	23,34%	-0,21 p.p
PMSO (4)/Consumidor*	125,78	117,28	7,2%	152,19	-100,0%

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

(2) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (3) EBIT: Resultado do Serviço e (4) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Enel Distribuição Rio fornece energia elétrica a 66 municípios distribuídos em 32.615 km², o que corresponde, aproximadamente, a 73% do território do Estado do Rio de Janeiro. A base comercial da Companhia compreende aproximadamente 3,1 milhões de unidades consumidoras e envolve uma população estimada de aproximadamente 6,5 milhões de habitantes¹.

DADOS GERAIS*

	1T24	1T23	Var. %
Linhas de Distribuição (Km)	58.834	58.511	0,6%
Linhas de Transmissão (Km)	3.704	3.686	0,5%
Subestações (Unid.)	132	132	-
Volume de Energia 12 meses (GWh)	11.754	11.323	3,8%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	3,43%	3,47%	-0,04 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (3)	2,18%	2,22%	-0,04 p.p

(2) Estimativa do número de consumidores Brasil de acordo com a ABRADEE

(3) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE

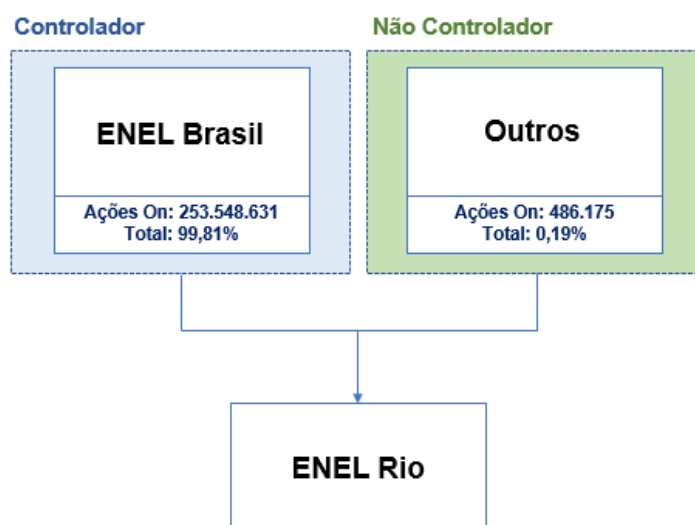


¹ Número de Habitantes de acordo com o último censo realizado em 2022 pelo IBGE.

Comentário do Desempenho

Organograma Societário Simplificado

Posição em 31 de março de 2024



3 DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia*

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Mercado Cativo	3.091.950	3.060.492	1,0%	3.219.679	-4,0%
Residencial - Convencional	2.194.154	2.490.626	-11,9%	2.278.825	-3,7%
Residencial - Baixa Renda	671.549	346.061	94,1%	709.978	-5,4%
Industrial	3.529	3.606	-2,1%	3.588	-1,6%
Comercial	137.668	136.202	1,1%	140.468	-2,0%
Rural	64.938	64.571	0,6%	67.056	-3,2%
Setor Público	20.112	19.426	3,5%	19.764	1,8%
Clientes Livres	1.329	971	36,9%	1.108	19,9%
Industrial	161	142	13,4%	146	10,3%
Comercial	983	709	38,6%	802	22,6%
Rural	29	22	31,8%	29	-
Setor Público	155	97	59,8%	130	19,2%
Residencial	1	1	-	1	-
Revenda	6	5	20,0%	9	-33,3%
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	3.093.285	3.061.468	1,0%	3.220.796	-4,0%

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

A Companhia encerrou o 1T24 com um aumento de 1,0% no número de consumidores efetivos faturados em relação ao registrado no 1T23, explicado pelo aumento na mesma ordem, no mercado cativo.

No mercado cativo, os clientes residenciais – convencionais registraram redução de 11,9% enquanto a classe residencial baixa renda, registrou um aumento de 94,1% no 1T24 em comparação ao mesmo período do ano anterior, resultado do enquadramento automático de clientes (Resolução Normativa 953/2021 da Aneel), bem como do plano de aceleração do cadastro que contou com reforço de comunicação, capacitação das lojas, parceria com as prefeituras e aperfeiçoamento do cadastro.

Já os clientes livres apresentaram crescimento de 36,9% no trimestre, refletindo a migração de clientes do mercado cativo.

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 1T24.

Comentário do Desempenho

Venda e Transporte de Energia na Área de Concessão

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Mercado Cativo	2.210	2.118	4,3%	2.046	8,0%
Clientes Livres	891	795	12,1%	857	4,0%
Revenda	104	98	6,1%	103	1,0%
Consumo Próprio	9	66	-86,4%	9	-
Total - Venda e Transporte de Energia	3.214	3.078	4,4%	3.015	6,6%

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

Mercado Cativo

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Residencial - Convencional	1.124	1.201	-6,4%	997	12,7%
Residencial - Baixa Renda	342	150	>100,0%	309	10,7%
Industrial	32	33	-3,0%	33	-3,0%
Comercial	375	381	-1,6%	359	4,5%
Rural	39	35	11,4%	37	5,4%
Setor Público	299	318	-6,0%	312	-4,2%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	2.210	2.118	4,3%	2.046	8,0%

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

No 1T24, o total de venda de energia no mercado cativo apresentou um crescimento de 4,3% em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior puxado pelo segmento residencial baixa renda, consequência do aumento do número de clientes e temperaturas mais altas, em especial no início do trimestre.

A classe de consumo residencial convencional apresentou redução de 6,4% no trimestre ano contra ano, enquanto a classe Baixa Renda apresentou crescimento de mais de 100%. Tais variações são resultado da migração de clientes entre essas classes, conforme mencionado acima.

A redução de 1,6% no consumo da classe comercial e 3,0% na classe industrial no 1T24 em comparação ao 1T23, refletem a migração de clientes para o mercado livre, impulsionado pela abertura do mercado livre para os clientes do Grupo A, a partir de janeiro de 2024.

O aumento da geração distribuída também contribuiu para redução observada no mercado cativo como um todo.

Clientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Industrial	531	509	4,3%	542	-2,0%
Comercial	249	196	27,0%	216	15,3%
Rural	30	27	11,1%	26	15,4%
Setor Público	80	63	27,0%	71	12,7%
Residencial	1	1	-	1	-
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	891	795	12,1%	857	4,0%

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

O consumo de energia para o mercado livre apresentou um aumento de 12,1% no 1T24 comparado ao mesmo trimestre do ano passado em razão do crescimento do número de clientes em todas as classes, sobretudo do setor comercial e setor público, contribuindo para o aumento do consumo, impulsionada pela abertura do mercado para clientes do Grupo A.

No setor comercial, destaca-se o aumento do consumo em decorrência do impacto positivo do clima e do bom desempenho do varejo, saúde e condomínios. Já no setor industrial, observa-se a alta dos principais setores: veículos, petróleo e gás e borracha e plástico.

Comentário do Desempenho

Compra de Energia*

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Itaipu	466	493	-5,5%	489	-4,70%
Angra I e II	93	96	-3,1%	94	-1,1%
PROINFA	48	44	9,1%	46	4,3%
Leilão e Quotas	2.392	2.308	3,6%	2.285	4,7%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	2.998	2.940	2,0%	2.915	2,8%
Liquidação na CCEE	451	371	21,6%	251	79,7%
Total - Compra de Energia	3.449	3.312	4,1%	3.166	8,9%

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

Balanco de Energia

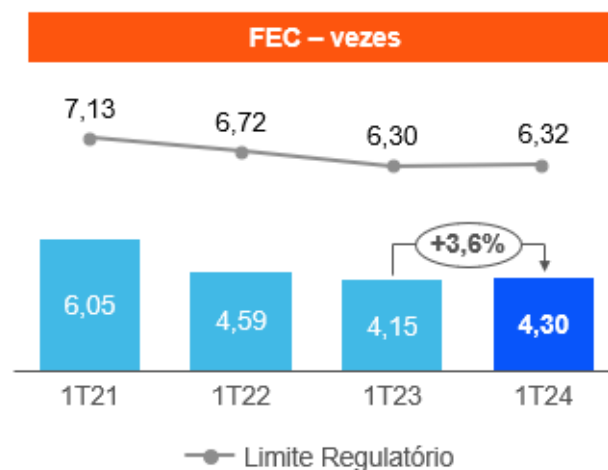
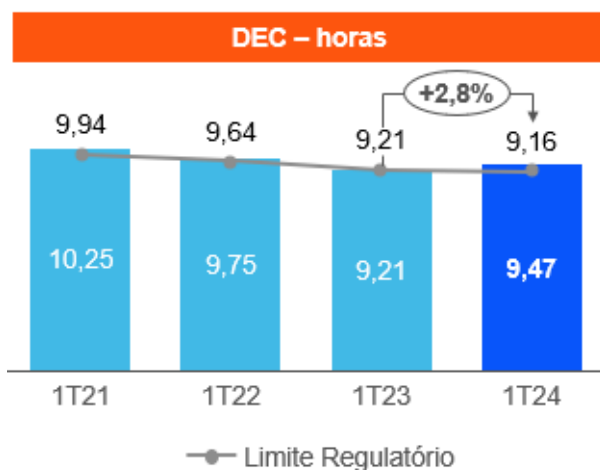
BALANÇO DE ENERGIA*

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Energia requerida (GWh)	4.563	4.280	6,6%	4.286	6,5%
Energia fornecida (GWh)	3.424	3.173	7,9%	3.161	8,3%
Mercado Cativo	2.457	2.399	2,4%	2.226	10,4%
Mercado Livre	966	774	24,8%	935	3,3%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (GWh)	1.139	1.107	2,9%	1.125	1,2%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (%)	24,96%	25,86%	-0,90 p.p	26,26%	-1,30 p.p

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

INDICADORES OPERACIONAIS

Qualidade do Fornecimento*



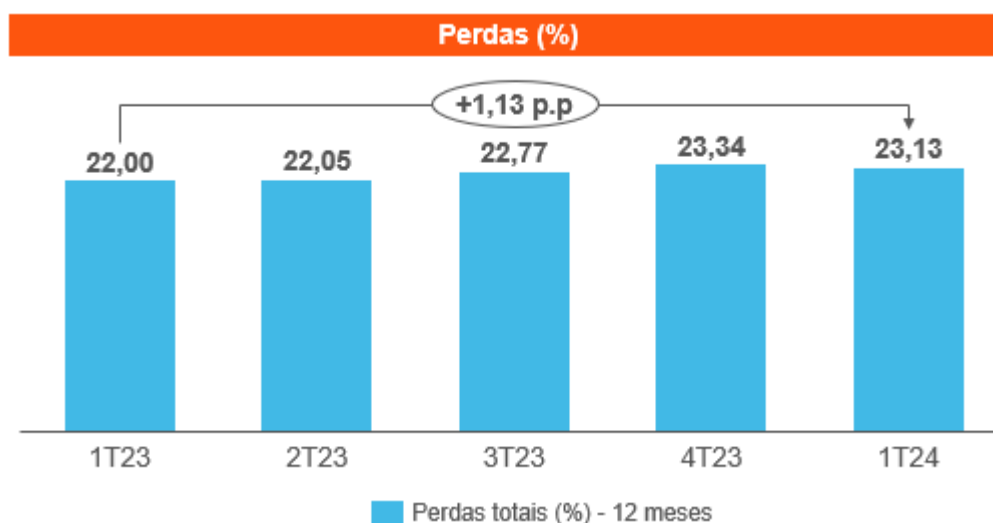
Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia.

No 1T24, considerando os últimos 12 meses, os indicadores DEC e FEC apresentaram aumento de 2,8% e 3,6% respectivamente em relação ao mesmo período em 2023, impactados pela maior severidade nos eventos climáticos no 1T24, com um incremento de 3% no volume de ocorrências emergenciais.

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 1T24.

Comentário do Desempenho

Disciplina de Mercado*



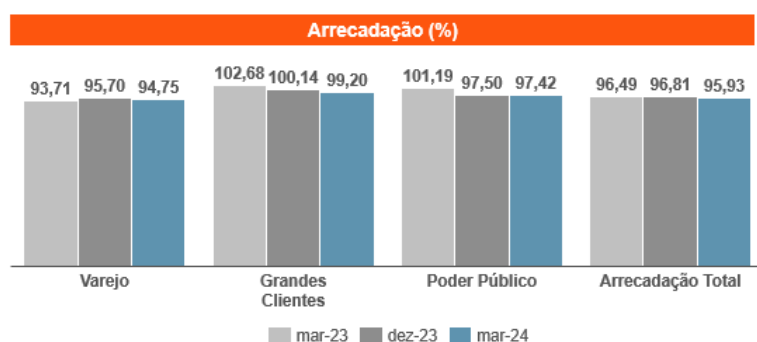
As perdas de energia TAM¹ – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram 23,13% no T23, um aumento de 1,13 p.p. em relação às perdas registradas no 1T23, de 22,00%. O aumento do nível de perdas, foi fortemente influenciado pelas grandes elevações de temperatura ocasionadas pelas ondas de calor durante o período analisado.

As altas temperaturas registradas geraram um incremento na demanda, elevando a energia injetada na rede, aumentando consequentemente o nível de perda, principalmente nas áreas de risco cujo impacto foi de + 0,78 p.p.,

As áreas de riscos configuram as regiões de maiores perdas da Companhia, com maiores níveis de furto e desperdício de energia.

O plano de combate as perdas de energia da Enel Rio mantém suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita, principalmente na recuperação do seu ciclo comercial, com projetos focados na recuperação de clientes cortados, mapeamento e conexão de consumidores clandestinos, redução de passivos em manutenção de equipamentos de medição e melhorias nos processos de leitura, reduzindo a quantidade de clientes faturados por média e mínimo.

Arrecadação*



Em relação ao indicador de arrecadação, o mesmo registrou uma queda de 0,56 pontos percentuais no 1T24 versus 1T23, reflexo da menor arrecadação de clientes de grande porte, que em geral apresentam um bom perfil de pagamento, associado a uma base de comparação forte no segmento do poder público, com a arrecadação de uma dívida relevante.

Destaca-se que a Companhia mantém constantemente a realização de ações para reduzir os níveis de inadimplência, tais como ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, parcelamento de faturas e canal de negociação online para liquidação de valores em aberto.

* O cálculo de perdas reflete as perdas regulatórias calculadas pela Aneel. Os dados utilizados para o cálculo são extraídos diretamente do relatório SAMP (Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica /SIASE (Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico) e estão passíveis de ajustes posteriores por parte da Aneel através de Ofícios e/ou PRORET 10.2.

Comentário do Desempenho

5 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Operacional Líquida

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ MIL)

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Fornecimento de Energia	2.394.342	2.338.165	2,4%	2.286.123	4,7%
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	286.753	246.616	16,3%	265.083	8,2%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(26.135)	(21.763)	20,1%	(13.609)	92,0%
Subvenção baixa renda	69.949	33.980	>100,0%	69.006	1,4%
Subvenção de recursos da CDE	79.661	73.849	7,9%	76.974	3,5%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo e Livre	2.804.570	2.670.847	5,0%	2.683.577	4,5%
Ativos e passivos financeiros setoriais	(32.267)	(106.219)	-69,6%	178.102	<-100,0%
Receita de Construção	266.644	342.070	-22,0%	242.874	9,8%
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	-	-	-
Marcação a mercado de ativo indenizável	118.176	99.524	18,7%	50.666	>100,0%
Outras Receitas	2.178	39.086	-94,4%	(36.818)	<-100,0%
Total - Receita Operacional Bruta	3.159.301	3.045.308	3,7%	3.118.401	1,3%
ICMS	(587.207)	(458.065)	28,2%	(569.382)	3,1%
PIS	(35.846)	(34.343)	4,4%	(35.910)	-0,2%
COFINS	(165.466)	(158.188)	4,6%	(165.405)	0,0%
ISS	(1.259)	(1.195)	5,4%	(1.143)	10,1%
Total - Tributos	(789.778)	(651.791)	21,2%	(771.840)	2,3%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(294.881)	(275.264)	7,1%	(302.090)	-2,4%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(17.002)	(16.540)	2,8%	(17.481)	-2,7%
Encargos do consumidor - CCRBT	24	47	-48,9%	61	-60,7%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(2.256)	(2.390)	-5,6%	(2.256)	-
Total - Encargos Setoriais	(314.115)	(294.147)	6,8%	(321.766)	-2,4%
Total - Deduções da Receita	(1.103.893)	(945.938)	16,7%	(1.093.606)	0,9%
Total - Receita Operacional Líquida	2.055.408	2.099.370	-2,1%	2.024.795	1,5%

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

A receita operacional líquida da Enel Distribuição Rio registrou uma redução de 2,1% no 1T24 em relação ao mesmo trimestre do ano passado. Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia alcançou o montante de R\$ 1,8 bilhão no 1T24, o que representa um aumento de 1,8% (R\$ 31,5 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 1,8 bilhão. Destaca-se a variação no 1T24 versus 1T23 dos seguintes itens que compõem a receita operacional líquida:

- Aumento dos ativos e passivos financeiros setoriais líquidos, em R\$ 74,0 milhões, como resultado da revisão tarifária extraordinária ocorrida em outubro. O principal objetivo desta revisão foi adequar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão da Companhia, que foi impactado pelos efeitos da Lei Estadual do Governo do Estado do Rio de Janeiro que proibiu o corte de energia elétrica durante o período da pandemia de Covid-19.
- Aumento na rubrica de fornecimento de energia em R\$ 56,2 milhões refletindo o aumento do consumo observado no trimestre decorrente das altas temperaturas registradas;
- Aumento na rubrica de Receita de uso da rede elétrica consumidores livres-revenda no valor de R\$ 40,1 milhões, em razão do aumento do consumo deste segmento de clientes.

Tais efeitos foram compensados parcialmente por:

- Aumento nas deduções da receita no 1T24, na ordem de 16,7% ou R\$ 158,0 milhões em comparação com o 1T23. O principal efeito foi o aumento de 21,2% (R\$ 138,0 milhões) no total de tributos, decorrente principalmente do aumento na rubrica do ICMS.

Comentário do Desempenho

Custos e Despesas Operacionais

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Custos e despesas não gerenciáveis					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(619.868)	(667.020)	-7,1%	(648.644)	-4,4%
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	(270.929)	(219.396)	23,5%	(264.105)	2,6%
Encargos dos Serviços dos Sistemas	(69.723)	(74.629)	-6,6%	(58.282)	19,6%
Total - Não gerenciáveis	(960.520)	(961.045)	-0,1%	(971.031)	-1,1%
Custos e despesas gerenciáveis					
Pessoal	(58.323)	(48.580)	20,1%	(72.654)	-19,7%
Material e Serviços de Terceiros	(173.380)	(186.158)	-6,9%	(161.683)	7,2%
Depreciação e Amortização	(184.664)	(161.849)	14,1%	(177.121)	4,3%
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(57.505)	(14.406)	>100,0%	(81.992)	-29,9%
Custo de Construção	(266.644)	(342.070)	-22,0%	(242.874)	9,8%
Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	(43.098)	(21.333)	>100,0%	(52.829)	-18,4%
Perda de recebíveis de clientes	(43.421)	(28.465)	52,5%	(25.454)	70,6%
Receita de multa por impuntualidade de clientes	24.495	21.185	15,6%	30.120	-18,7%
Outras receitas/despesas operacionais	(13.343)	(60.119)	-77,8%	(95.555)	-86,0%
Total - Gerenciáveis	(815.883)	(841.795)	-3,1%	(880.042)	-7,3%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(1.776.403)	(1.802.840)	-1,5%	(1.851.073)	-4,0%

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

Os custos e despesas operacionais no 1T24 apresentaram uma redução de 1,5% (R\$ 26,4 milhões) em relação ao 1T23. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesas operacionais da Companhia alcançaram o montante de R\$ 1,5 bilhão no 1T24, o que representa um aumento de 3,4% (R\$ 49,0 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Custos e Despesas Não Gerenciáveis, totalizaram R\$ 960,5 milhões, montante estável em relação ao valor registrado no 1T23 (R\$ 961,0 milhões).

Os Custos e Despesas Gerenciáveis no 1T24, excluindo o efeito de custo de construção, apresentaram aumento de R\$ 49,5 milhões. As principais variações podem ser explicadas pelo:

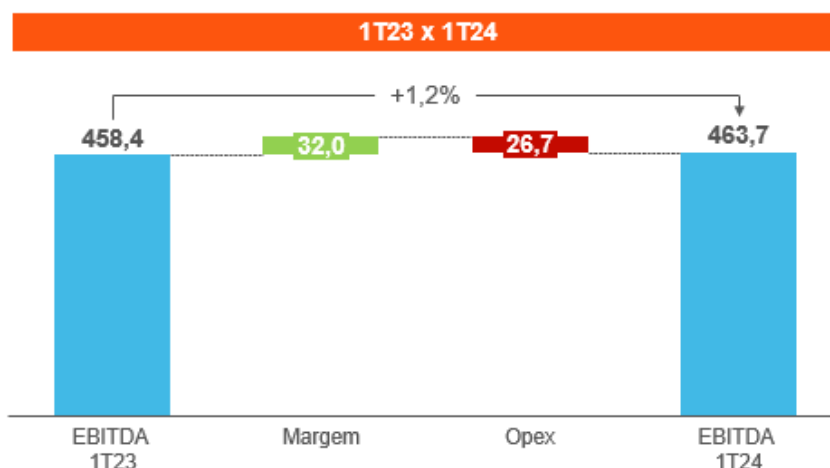
- Aumento de R\$ 43,0 milhões na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa explicado pelo crescimento do *aging* da dívida em razão da rolagem de algumas faturas mais antigas, principalmente de clientes localizados em zonas de risco;
- Aumento de R\$ 22,8 milhões em depreciação e amortização devido ao aumento da base de ativos;
- Aumento de R\$ 21,8 milhões na rubrica de Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas explicado principalmente pela provisão relacionada ao auto de infração nº 29/2020 conforme nota explicativa 16.1 das Demonstrações Financeiras da Companhia;

Tais efeitos foram parcialmente compensados por:

- Redução de R\$ 46,8 milhões em outras receitas/despesas operacionais.

Comentário do Desempenho

EBITDA*



O EBITDA da Enel Rio no 1T24 atingiu o montante de R\$ 463,7 milhões, o que representa um pequeno aumento de R\$ 5,3 milhões em relação ao 1T23 em decorrência da maior margem auferida no período devido principalmente ao aumento da receita associada às temperaturas elevadas no período compensada pelo aumento nas deduções da receita.

Tal aumento foi parcialmente compensado pelo maior nível de despesas operacionais (opex) em razão principalmente do aumento da provisão de devedores duvidosos (R\$ 43,0 milhões).

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Receitas Financeiras					
Renda de Aplicação Financeira	5.249	7.386	-28,9%	4.191	25,2%
Juros e atualização financeira por impontualidade de clientes	9.462	9.155	3,4%	9.736	-2,8%
Dívida - Marcação a mercado	686	36.529	-98,1%	(1.381)	<-100,0%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	561	-	-	2.469	-77,3%
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	41.434	50.489	-17,9%	51.699	-19,9%
Juros fundo de pensão	-	-	-	-	-
Outras receitas financeiras	4.517	7.594	-40,5%	4.765	-5,2%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(4.957)	(3.481)	42,4%	(2.726)	81,8%
Total - Receitas Financeiras	56.952	107.672	-47,1%	68.753	-17,2%
Despesas financeiras					
Dívida - Marcação a mercado	-	(2.416)	-100,0%	(1.440)	-100,0%
Encargo de dívidas e mútuos	(153.949)	(120.760)	27,5%	(134.549)	14,4%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(24.327)	(66.299)	-63,3%	(21.656)	12,3%
Encargo de fundo de pensão	(7.163)	(6.810)	5,2%	(6.810)	5,2%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(38.898)	(127.212)	-69,4%	(61.383)	-36,6%
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	(34.239)	(53.922)	-36,5%	(18.428)	85,8%
Outras despesas financeiras	(33.426)	(17.150)	94,9%	(57.177)	-41,5%
Total - Despesas Financeiras	(292.002)	(394.569)	-26,0%	(301.443)	-3,1%
Variações Cambiais	25	(30)	<-100,0%	47	-46,8%
Variações cambiais - Empréstimos	(12.790)	5.890	<-100,0%	(3.340)	>100,0%
Variações cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge	12.780	(5.890)	<-100,0%	3.334	>100,0%
Outras Variações Cambiais	35	(30)	<-100,0%	53	-34,0%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(235.025)	(286.927)	-18,1%	(232.643)	1,0%

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

O resultado financeiro líquido da Companhia apresentou uma despesa de R\$ 235,0 milhões, uma redução de R\$ 51,9 milhões em relação ao registrado no 1T23. Essa variação é explicada principalmente pela:

- (i) Redução líquida de despesa no montante de R\$ 22,2 milhões nas rubricas de dívida (Dívida Marcação a mercado, Instrumento financeiro derivativo, encargos de dívidas e mútuos, variações cambiais –

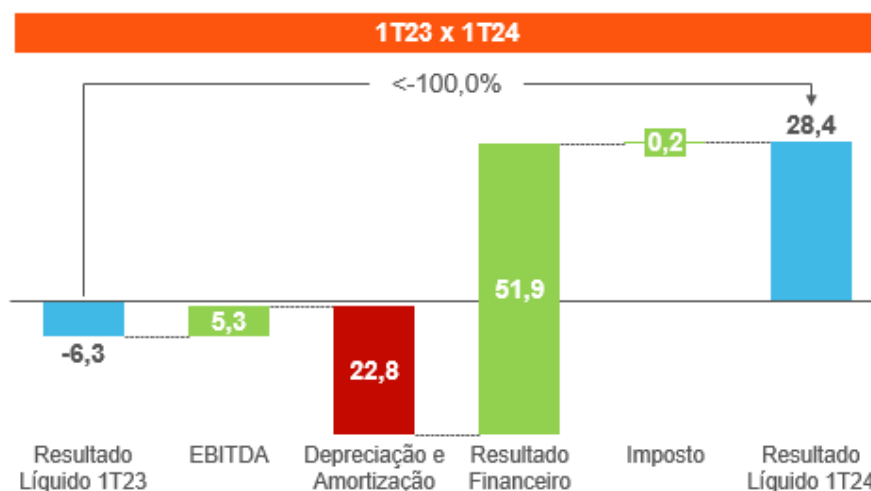
* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

empréstimos e instrumentos financeiros de hedge) devido, principalmente, à redução do CDI (11,28% 1T24 vs. 13,65% 1T23) entre os períodos analisados;

- (ii) Redução de R\$ 19,7 milhões na despesa de variação monetária de ativos financeiros setoriais relacionada à constituição de passivos setoriais no período.

Resultado Líquido



O resultado líquido da Enel Rio registrou lucro de R\$ 28,4 milhões no 1T24, o que representa uma melhora de R\$ 34,6 milhões em relação ao 1T23, explicada principalmente pela melhora no resultado financeiro, devido principalmente à redução nas despesas financeiras relacionadas à dívida, conforme explicado anteriormente.

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Dívida bruta (R\$ mil)	6.596.571	5.996.596	10,0%	6.247.213	5,6%
Dívida com Terceiros	557.505	764.785	-27,1%	582.384	-4,3%
Dívida Intercompany	6.039.066	5.231.811	15,4%	5.664.829	6,6%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	438.876	470.745	-6,8%	186.264	>100,0%
Dívida líquida (R\$ mil)	6.157.695	5.525.851	11,4%	6.060.949	1,6%
Dívida Bruta / EBITDA Ajustado(2)*	3,49	3,66	-4,6%	3,46	0,9%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado(2)*	3,26	3,38	-3,6%	3,36	-3,0%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,55	0,54	3,0%	0,54	2,2%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,53	0,51	3,7%	0,53	0,4%

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

(2) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações (acumulado nos últimos 12 meses) + Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa + Recuperação/Perda de recebíveis de clientes + Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas

A dívida bruta da Companhia aumentou R\$ 600 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente por: (i) novas captações no montante de R\$ 3.425 milhões para capital de giro e refinanciamento de dívidas, os quais referem-se a mútuos com sua controladora Enel Brasil e outras empresas do grupo no Brasil; (ii) provisão de encargos e variações monetárias de R\$ 820 milhões; compensados, por (iii) amortizações em torno de R\$ 2.835 milhões, e pagamento de encargos em aproximadamente R\$ 710 milhões ocorridos entre os períodos. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste positivo relacionado aos SWAPs de dívidas vigentes no valor de R\$ 101 milhões.

A Enel Distribuição Rio encerrou 1T24 com o custo médio de dívida no período de 13,19% a.a.

Comentário do Desempenho

Classificação de Riscos (Rating)

Em 31 de agosto de 2023, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de março de 2024, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 80 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio dos Despachos N^{os} 2.979/2018, 1.923/2020, 902/2021 e 3.754/2021, que totalizam R\$ 5.800 milhões.

A Companhia também possui limite de mútuo com as mutuantes EGP Cachoeira Dourada S.A e Enel CIEN, aprovado pela ANEEL por meio do despacho N^o 647/2021, no valor de até R\$ 500 milhões.

Da dívida intercompany, o montante de R\$ 4.738 milhões, refere-se a crédito com a controladora Enel Brasil cuja exigibilidade é flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

Abertura da Dívida Bruta - CP e LP
 Posição Final em mar/24



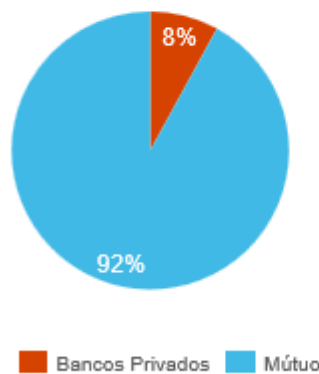
Abertura da Dívida Bruta - Moedas
 Posição Final em mar/24



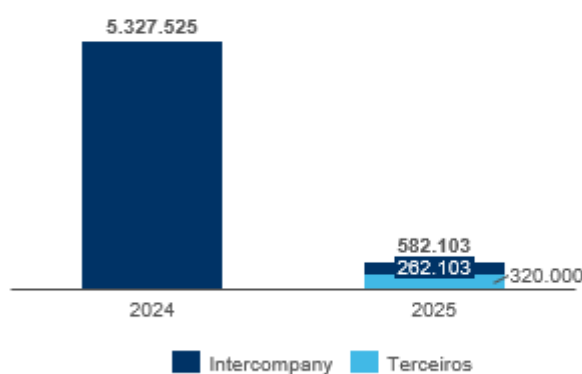
Abertura da Dívida Bruta - Indexadores
 Posição Final em mar/24



Abertura da Dívida Bruta - Credor
 Posição Final em mar/24

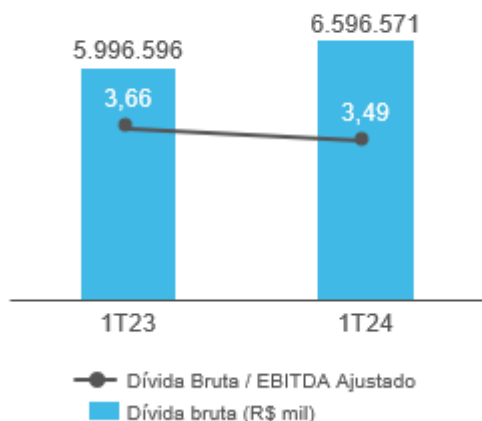


Curva de Amortização de saldo de dívida com SWAP (R\$ Mil)
 Posição Final em mar/24

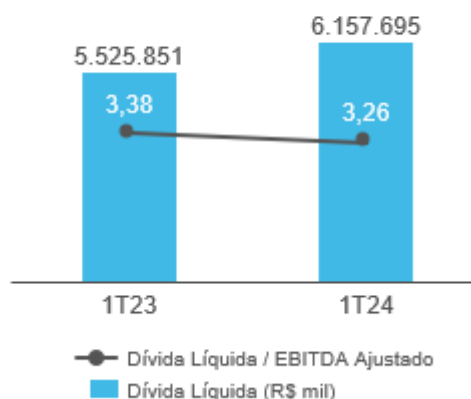


Comentário do Desempenho

Dívida Bruta (R\$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA (Veze) Evolução 1T24 – 1T23



Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Veze) Evolução 1T24 – 1T23



Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	1T24	1T23	Var. %	4T23	Var. % (1)
Manutenção	125.344	120.069	4,4%	121.881	2,8%
Crescimento	32.780	47.411	-30,9%	31.832	3,0%
Novas Conexões	124.775	132.915	-6,1%	71.042	75,6%
Financiado pela Companhia	282.900	300.395	-5,8%	224.756	25,9%
Financiado pelo Cliente	2.549	-	-	66.919	-96,2%
Total	285.448	300.395	-5,0%	291.675	-2,1%

(1) Variação entre 1T24 e 4T23

A Companhia investiu no 1T24 o total de R\$ 285,4 milhões na área de concessão, voltados para atividades de manutenção, crescimento e novas conexões.

Do total investido, destacam-se: (i) as atividades de manutenção, onde foram alocados R\$ 125,3 milhões, dos quais R\$ 90,0 milhões direcionados para as para as atividades relacionadas a manutenção corretiva, e (ii) as atividades de crescimento, onde foram investidos R\$ 32,8 milhões, com destaque para atividades voltadas ao programa de redução de perdas (R\$18,0 milhões).

Nota: Visando padronizar a forma de divulgação dos investimentos das distribuidoras do Grupo, e consequentemente prezando pela transparência, desde o 4T23 os valores das subcontas que estavam alocados na linha "outros" passam a compor as devidas rubricas de investimentos em Manutenção, Crescimento e Novas Conexões. A denominação padronizada de investimentos substitui a classificação anterior, dividida em: Novas Conexões, Rede e Outros.

A adoção da denominação padronizada não traz prejuízo a análise, pelo contrário, torna mais evidente e fidedigna a alocação de recursos realizados pela Companhia.

ASPECTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA (ASG) NA ENEL

A Enel Brasil se consolida como uma empresa que busca o desenvolvimento sustentável, direcionando suas ações e investimentos sociais de acordo com fundamentos e políticas como responsabilidade, confiança, inovação e proatividade.

Os pilares ESG (*Environment, Social and Governance*) fazem parte da nossa estratégia de sustentabilidade, assim como a Agenda 2030 da ONU, ambos direcionadores considerados tendências no setor elétrico. Além disso, consideramos em nossa estratégia os grandes desafios da atualidade, como a transição energética acessível e justa, baseada nas fontes renováveis de geração. Dessa maneira buscamos contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Desse total, quatro orientam a nossa criação de valor: Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9), Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11), Combate às Mudanças Climáticas (ODS 13).

Comentário do Desempenho

A nossa estratégia de sustentabilidade considera os resultados de escutas de diversas partes interessadas, além dos direcionares de negócio. A partir disso, os objetivos são desdobrados em metas e iniciativas de curto, médio e longo prazo, que farão parte do Plano de Sustentabilidade, revisto anualmente e reportado periodicamente ao Conselho de Administração, de forma a garantir a transparência e o monitoramento da nossa jornada rumo ao progresso sustentável.

O atual Plano de Sustentabilidade da Enel, abrange o ciclo 2024-2026 e estabelece objetivos ASG específicos em 5 grandes temas: Ambição Zero Emissões, Pessoas, Natureza, Aceleradores de Crescimento e Direitos Humanos.

Especificamente para as metas ambientais, destacam-se o programa de verificações ambientais em contratadas – Assessment Ambiental, que atesta o cumprimento legal e ambiental das empresas parceiras a Enel e o programa ECoS- Extra-checking on site que verifica a performance ambiental dos processos Enel. Importante destacar que estes programas compõem do Sistema de Gestão ambiental certificado, ISO 14001.

Com o objetivo de gerar valor compartilhado para a sociedade e comunidades locais, em especial nas regiões de maior vulnerabilidade social onde a Enel está inserida, a companhia mantém o programa Enel Compartilha, que inclui projetos socioambientais voltados aos temas da eficiência energética, economia circular, educação para o consumo consciente de energia e cidadania, além de geração de renda e empregabilidade, ambos alinhados aos compromissos de sustentabilidade e à estratégia de negócio do Grupo Enel no Brasil.

Dessa forma, ao final do 1º trimestre de 2024, a Enel Distribuição Rio acumulou o investimento anual de R\$ 5,6 milhões que beneficiou 32.284 pessoas, por meio de 7 projetos desenvolvidos pelo programa social Enel Compartilha. Especificamente no primeiro trimestre do ano, destacam-se as seguintes ações realizadas:

Edital Chamada Pública de Projetos – ODS 7

A Enel Distribuição Rio lançou no final de 2023 a Chamada Pública de Projetos (CPP 001/2023) para financiamento de projetos de eficiência energética. Até o dia 03 de julho de 2024, clientes da concessionária que atendam aos requisitos descritos no edital, poderão inscrever seus projetos de eficiência energética. Ao todo, serão disponibilizados R\$ 2,5 milhões, sendo R\$ 1,25 milhão para iniciativas de Iluminação Pública e R\$ 1,25 milhão para projetos de outras tipologias.

Projeto do Enel Compartilha será contrapartida socioambiental para TAC assinado pela Enel e Ministério Público - ODS 4 e ODS 15

Em fevereiro foi firmado em Termo de Ajuste de Conduta (TAC) entre Enel Distribuição Rio, Ministério Público (MP) e Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) que encerrou as investigações que ocorriam desde 2022 pelo MP a respeito de supostos danos provocados pela Enel na construção de linhas de transmissão e subestações em Áreas de Proteção Ambiental do município de Petrópolis. Dentre as obrigações presentes no TAC, estão previstas atividades socioambientais do programa Enel Compartilha Energia na Escola, através da Nave Educacional, que atuará em escolas da rede pública municipal e espaços públicos, inseridos na APA, por meio da disseminação de informações sobre as unidades de conservação e preservação da fauna local, com previsão de execução de 11 meses.

Lideranças comunitárias recebem treinamento de Segurança junto à Defesa Civil – ODS 17

Em janeiro foram realizados treinamentos promovidos pela Defesa Civil dos municípios de São Gonçalo e Niterói com lideranças comunitárias integrantes do projeto Enel Compartilha Liderança em Rede. Na ocasião, foram abordados os temas de impactos das chuvas na cidade e o Plano Verão da Defesa, além da participação da área de HSE Enel, que abordou os riscos da rede elétrica em eventos climáticos extremos.

Projetos de Sustentabilidade são destaque na Semana do Consumidor – ODS 7

Em março, as áreas de Sustentabilidade e Mercado (B2C) firmaram parceria para atuação conjunta nas lojas de atendimento durante a Semana do Consumidor. As lojas de São Gonçalo, Maricá e Niterói realizaram ações de conscientização sobre uso consciente de energia e eficiência energética com os clientes presentes nas unidades, além de promoverem troca de lâmpadas e distribuição de brindes. Ao todo, cerca de 300 clientes foram atendidos pela iniciativa.

Comentário do Desempenho

Indicadores ASG - Enel Rio

Indicadores

	1T24	1T23
Colaboradores próprios (unit)	1.634	1.155
Colaboradores terceirizados (unit)	9.402	10.066
% de mulheres na Empresa	16,3%	22,2%
% de mulheres em cargos de liderança (1)*	22,2%	23,8%
Média de horas de treinamento por empregado (horas)	5,93	7,19
Taxa de Rotatividade (2)*	1,4%	1,5%
Número de membros no conselho (unit)	6	7
% de mulheres no conselho	33,3%	28,6%
Beneficiados pelos projetos sociais	32.284	71.575
Resíduos perigosos enviados para recuperação	100%	100%
Resíduos não perigosos enviados para recuperação	87%	84%
Avaliação de fornecedores ambientais (3)*	-	1
Realização de ECoS Ambiental (4)*	-	-

(1) Líderes: Considera os Heads e Diretores; (2) Considera os desligamentos voluntários e involuntários

(3) Meta 2024: 5 ; (4) Meta 2024: 1

ASPECTOS REGULATÓRIOS

Reajuste Tarifário Anual 2024

No dia 12 de março de 2024 a diretoria da ANEEL prorrogou as tarifas da Companhia do dia 15 de março de 2024 até uma nova decisão, já que nem todos os diretores da ANEEL estavam presentes na deliberação. Esta decisão ocorreu na ANEEL, em reunião pública de sua diretoria realizada em 19 de março de 2024, onde deliberaram sobre o reajuste tarifário periódico de 2024 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 20 de março de 2024 (Resolução Homologatória nº 3.312/2024) um reajuste de +1,19% composto por (i) reajuste econômico de +6,54%, sendo +4,87% de Parcela A, +1,67% de Parcela B e (ii) componente financeiro de -5,35%. Considerando o componente financeiro considerado no último processo tarifário de +2,26%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +3,45%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2024	
Encargos Setoriais	0,88%
Energia Comprada	1,46%
Encargos de Transmissão	2,48%
Receita Irrecuperável	0,05%
Parcela A	4,87%
Parcela B	1,67%
Reajuste Econômico	6,54%
CVA Total	- 0,12%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	- 5,23%
Reajuste Financeiro	- 5,35%
Índice de reajuste Total	1,19%

Comentário do Desempenho

Componentes Financeiros do Processo Anterior	2,26%
Efeito Para o Consumidor	3,45%

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em +7,41%, representando +4,87% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 1.452 milhões. Um acréscimo de +5,01%, representando +0,88% no reajuste econômico;
- Energia Comprada: R\$ 2.796 milhões. O aumento de +4,26% decorre principalmente do aumento do custo unitário de contratos de Cotas de Garantia Física – CCGF e nos CCEARs por disponibilidade. O custo de compra de energia representa +1,46% no reajuste econômico, englobando a receita irrecuperável da Companhia; e
- Encargos de Transmissão: R\$ 1.162 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de +20,13%, correspondendo a um efeito de +2,48% no reajuste econômico.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em +4,88%, representando uma participação de +1,67% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IPCA de +4,40% no período de 12 meses findos em fevereiro de 2024; e
- Fator X de +0,24%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,269%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel RJ;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de +0,267%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -0,300%.

Bandeiras Tarifárias













A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/04/24 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/04/24 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.




De janeiro a março de 2024, devido aos níveis de reservatórios hidráulicos estarem adequados, a ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores. Desta forma, para este período, a bandeira tarifária vigente é a verde.

As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2023 e 2024, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

Comentário do Desempenho

2023	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

2024	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	61,07	61,07	61,07									

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 29 de dezembro de 2022, a Resolução Homologatória n.º 3.167 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2023. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.391,56/MWh e o valor mínimo em R\$ 69,04/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2023.

Em 19 de dezembro de 2023, a Resolução Homologatória n.º 3.304 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2024. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.470,57/MWh e o valor mínimo em R\$ 61,07/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2024.

Revisão Tarifária Extraordinária (Efeitos da Pandemia e Lei do Corte)

Em 10 de março de 2022, a Enel Rio protocolou pedido de Revisão Tarifária Extraordinária à ANEEL, em função dos efeitos da pandemia de COVID 19 e da situação extraordinária decorrente da Lei Estadual nº 8.976/2020, editada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, que impediu os cortes de energia em 2020 e 2021 e provocou aumento no nível de inadimplência.

Em 13 de junho de 2023, a diretoria da ANEEL decidiu pela realização da Consulta Pública nº 019/2023 para discutir o referido pedido de Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) da Enel Distribuição Rio de Janeiro. O prazo para envio de contribuições foi até 31 de julho de 2023.

Em 31 de outubro de 2023, em reunião pública de diretoria, a diretoria colegiada da ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) da Companhia. Os efeitos da RTE, conforme o Despacho ANEEL nº 4.089/2023, foram incorporados no reajuste tarifário de 2024, no valor de R\$ 181.223 mil.

Comentário do Desempenho

ANEXO 1

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ MIL)

	1T24	1T23	Var. %
Receita Operacional Bruta	3.159.301	3.045.308	3,7%
Fornecimento de Energia - Mercado Cativo e Livre	2.804.570	2.670.847	5,0%
CVA	-32.267	-106.219	-69,6%
Receita de Construção	266.644	342.070	-22,0%
Outras Receitas	120.354	138.610	-13,2%
Deduções da Receita Operacional	(1.103.893)	(945.938)	16,7%
Receita Operacional Líquida	2.055.408	2.099.370	-2,1%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(960.520)	(961.045)	-0,1%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(619.868)	-667.020	-7,1%
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	(270.929)	-219.396	23,5%
Encargos dos Serviços dos Sistemas	(69.723)	-74.629	-6,6%
Custo/Despesa Operacional	(815.883)	(841.795)	-3,1%
Pessoal	(58.323)	-48.580	20,1%
Material e Serviços de terceiros	(173.380)	-186.158	-6,9%
Depreciação e amortização	(184.664)	-161.849	14,1%
Provisões	(100.603)	-35.739	>100,0%
Custo de construção	(266.644)	-342.070	-22,0%
Outros	(18.926)	-7.280	>100,0%
Outras receitas/despesas operacionais	(13.343)	-60.119	-77,8%
EBITDA	463.669	458.379	1,2%
EBIT	279.005	296.530	-5,9%
Resultado Financeiro	(235.025)	(286.927)	-18,1%
Receita Financeira	56.952	107.672	-47,1%
Despesa Financeira	(292.002)	-394.569	-26,0%
Variações Cambiais	25	-30	<-100,0%
Resultado antes dos impostos	43.980	9.603	>100,0%
IR/CS	(15.630)	(15.872)	-1,5%
Lucro/Prejuízo Líquido	28.350	(6.269)	<-100,0%

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

CNPJ: 33.050.071/0001-58

Formulário de informações trimestrais em 31 de março de 2024
Com relatório dos auditores independentes

Notas Explicativas**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31.03.2024	31.12.2023
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	316.633	65.262
Títulos e valores mobiliários	6	122.243	121.002
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7	2.092.488	2.062.357
Créditos a receber - subvenção e outros		28.808	3.852
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	9	102.377	111.009
Outros tributos compensáveis	9	517.828	582.036
Serviços em curso		52.120	51.857
Outros créditos		106.787	113.602
Total do ativo circulante		3.339.284	3.110.977
<u>Ativo não circulante</u>			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7	536.440	510.326
Depósitos vinculados	16	227.947	219.088
Outros tributos compensáveis	9	2.632.818	2.633.581
Tributos diferidos	22	505.546	521.176
Ativo indenizável (concessão)	10	7.444.722	7.259.520
Ativos contratuais	10	1.115.764	975.888
Imobilizado	11	241.453	200.433
Intangível	10	2.099.632	2.225.698
Total do ativo não circulante		14.804.322	14.545.710
Total do ativo		18.143.606	17.656.687

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31.03.2024	31.12.2023
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	12	1.104.379	1.085.156
Empréstimos e financiamentos	13	6.333.983	5.416.147
Obrigações por arrendamentos		28.542	17.081
Salários, provisões e encargos sociais		69.175	64.517
Outras obrigações fiscais		130.775	191.469
Passivo financeiro setorial	8	116.749	70.624
Encargos setoriais		93.159	102.752
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	14	331.844	380.399
Dividendos a pagar	17	77.666	77.666
Instrumentos financeiros derivativos	23	262.588	225.684
Outras obrigações		234.686	215.258
Total do passivo circulante		8.783.546	7.846.753
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	13	-	536.084
Obrigações por arrendamentos		76.943	56.138
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	14	2.600.895	2.634.288
Passivo financeiro setorial	8	124.160	9.088
Encargos setoriais		75.858	65.824
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	69.298
Obrigações com benefícios pós-emprego	15	305.117	304.739
Provisões para processos judiciais e outros riscos	16	799.027	793.149
Outras obrigações		536	446
Total do passivo não circulante		3.982.536	4.469.054
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	17	4.438.230	4.438.230
Reservas de capital		23.254	23.254
Reservas de lucros		912.095	912.095
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação		(24.405)	(32.699)
Lucro do período		28.350	-
Total do patrimônio líquido		5.377.524	5.340.880
Total do passivo e do patrimônio líquido		18.143.606	17.656.687

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Trimestres findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	31.03.2024	31.03.2023
Receita líquida	19	2.055.408	2.099.370
Custo do serviço	20	(1.620.011)	(1.675.378)
Lucro bruto		435.397	423.992
Despesas operacionais	20		
Despesas com vendas		(5.725)	(5.059)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(100.926)	(42.871)
Despesas gerais e administrativas		(81.997)	(100.717)
Outras receitas operacionais		32.256	21.185
Total das despesas operacionais		(156.392)	(127.462)
Resultado do serviço público de energia elétrica		279.005	296.530
Resultado financeiro	21		
Receitas financeiras		56.952	107.672
Despesas financeiras		(292.002)	(394.569)
Variações cambiais, líquidas		25	(30)
Total do resultado financeiro		(235.025)	(286.927)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		43.980	9.603
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	(4.273)	(29.919)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	(11.357)	14.047
		(15.630)	(15.872)
Lucro (prejuízo) líquido do período		28.350	(6.269)
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído (em reais por ação)	18	0,11160	(0,02610)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Trimestres findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro (prejuízo) líquido do período	28.350	(6.269)
Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	12.567	(25.794)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	(4.273)	8.770
	8.294	(17.024)
Total de outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	36.644	(23.293)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Trimestres findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Total	
	Capital social	Reserva de ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Legal	Reforço de capital de giro	Lucros acumulados		Outros resultados abrangentes
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.138.230	2.308	20.946	142.520	987.683	-	(56.797)	5.234.890
Perda em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	(25.794)	(25.794)
Tributos diferidos s/ perda em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	8.770	8.770
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(6.269)	-	(6.269)
Saldos em 31 de março de 2023	4.138.230	2.308	20.946	142.520	987.683	(6.269)	(73.821)	5.211.597
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.438.230	2.308	20.946	142.520	769.575	-	(32.699)	5.340.880
Perda em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	12.567	12.567
Tributos diferidos s/ perda em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	(4.273)	(4.273)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	28.350	-	28.350
Saldos em 31 de março de 2024	4.438.230	2.308	20.946	142.520	769.575	28.350	(24.405)	5.377.524

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Trimestres findos em 31 de março de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.03.2024	31.03.2023
Atividades operacionais:		
Lucro (prejuízo) líquido do período	28.350	(6.269)
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) do período com o caixa das atividades operacionais:		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	57.505	14.406
Perda de recebíveis de clientes	43.421	28.465
Depreciação e amortização	194.469	171.278
Variações cambiais da dívida	12.790	(5.890)
Juros e variações monetárias	181.482	188.760
Marcação a mercado da dívida	(686)	(34.113)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	26.118	100.477
Instrumentos financeiros derivativos - marcação a mercado	(561)	32.625
Ativos e passivos financeiros setoriais	(41.434)	(50.489)
Atualização do ativo financeiro da concessão	(118.176)	(99.524)
Valor residual de intangível e imobilizado	650	1.071
Tributos e contribuições social diferidos	11.357	(14.047)
Provisões para processos judiciais e outros riscos	52.405	25.425
Obrigações com benefício pós-emprego	7.842	7.426
Redução (aumento) dos ativos:		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(157.171)	(314.505)
Créditos a receber - subvenção e outros	(24.956)	(26.560)
Ativo financeiro setorial	41.434	50.489
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	(11.271)	127.139
Outros tributos compensáveis	80.601	(88.880)
Depósitos vinculados	(8.859)	(6.360)
Serviços em curso	(263)	(1.114)
Outros créditos	6.815	2.067
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	19.223	49.393
Salários, provisões e encargos sociais	4.658	9.584
Imposto de renda e contribuição social a pagar	4.273	29.918
Outras obrigações fiscais	(60.694)	8.066
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(81.948)	1.817
Passivo financeiro setorial	161.197	177.242
Encargos setoriais	441	12.070
Outras obrigações	19.518	24.217
	448.530	414.184
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(7.464)	(9.826)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(25.079)	(6.796)
Pagamentos de juros de instrumentos financeiros derivativos	(45.384)	(21.545)
Pagamentos de processos judiciais e outros riscos	(70.854)	(36.562)
Pagamentos de juros de arrendamento	(3.903)	(7.736)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	295.846	331.719
Atividades de investimentos:		
Adições para ativos contratuais e imobilizado	(273.829)	(346.599)
Títulos e valores mobiliários	(1.241)	(2.862)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(275.070)	(349.461)
Atividades de financiamentos:		
Captação de empréstimos e financiamentos	990.778	292.306
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(750.000)	(2.064)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(10.183)	(1.742)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	230.595	288.500
Varição no caixa líquido da Companhia	251.371	270.758
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	65.262	68.143
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	316.633	338.901

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Trimestres findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	31.03.2024	31.03.2023
1. Receitas	3.134.052	3.052.087
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	3.191.557	3.066.493
Fornecimento de energia elétrica	2.892.657	2.703.238
Outras receitas	32.256	21.185
Receita relativa à construção de ativos próprios	266.644	342.070
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(57.505)	(14.406)
2. Insumos adquiridos de terceiros	(1.589.173)	(1.664.442)
Materiais	(80.986)	(100.694)
Outros custos operacionais	(121.549)	(113.293)
Custo da energia comprada e transmissão	(1.039.759)	(1.032.945)
Serviços de terceiros	(346.879)	(417.510)
3. Valor adicionado bruto	1.544.879	1.387.645
4. Retenções	(194.469)	(171.278)
Depreciação e amortização	(194.469)	(171.278)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.350.410	1.216.367
6. Valor adicionado recebido em transferência	70.072	128.430
Receitas financeiras	70.072	128.430
7. Valor adicionado total a distribuir	1.420.482	1.344.797
8. Distribuição do valor adicionado	1.420.482	1.344.797
Empregados (Colaboradores)	72.083	62.855
Remunerações	47.833	40.437
FGTS	3.264	2.600
Outros encargos sociais	3.490	2.620
Previdência privada	1.640	2.757
Auxílio-alimentação	3.629	3.808
Convênio assistencial e outros benefícios	5.661	3.950
Participação nos resultados	6.566	6.683
Tributos (Governo)	1.029.337	877.673
Federais	126.296	122.823
Imposto de renda e contribuição social	15.630	15.872
COFINS	83.029	81.104
PIS	17.949	17.607
INSS	9.688	8.240
Estaduais	587.207	458.065
ICMS	587.207	458.065
Municipais	1.719	2.638
ISS	1.259	1.195
IPTU	608	1.183
Outros	(148)	260
Encargos setoriais	314.115	294.147
CDE - Conta de desenvolvimento energético	294.881	275.264
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	17.002	16.540
Encargos do consumidor - CCRBT	(24)	(47)
Taxa de fiscalização - ANEEL	2.256	2.390
Remuneração de capitais de terceiros	290.712	410.538
Juros	305.097	415.357
Aluguéis	(14.385)	(4.819)
Remuneração de capitais próprios	28.350	(6.269)
Prejuízos absorvidos/lucros retidos	28.350	(6.269)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS



31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”, “Ampla” ou “Enel Distribuição Rio”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria “A”, com sede no município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália), é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 701, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Brasil. Tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, com vencimento em dezembro de 2026. Em 14 de março de 2017, a Companhia assinou o 6º aditivo ao contrato de concessão que incluiu novas cláusulas econômicas e de gestão, obrigações de melhoria da qualidade e de sustentabilidade econômico-financeira bem como alterou o nível regulatório de perdas não técnicas.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 19 de março de 2023.

1.1 Eventos climáticos

Na noite do dia 18 de novembro de 2023, a área de concessão da Companhia foi afetada por evento climático atípico com chuva, fortes rajadas de vento e descargas atmosféricas, causando danos severos em várias cidades fluminenses e interrompendo também o fornecimento de energia.

O referido evento climático afetou quase todo o estado do Rio de Janeiro e, portanto, impactando gravemente diversos pontos de redes aéreas dos municípios da área de concessão da Companhia, demandando a atuação imediata e emergencial da concessionária.

Penalidades e ações judiciais

Em 15 de abril de 2024, a ANEEL emitiu AI - Auto de Infração nº 06/2024 determinando a aplicação de multa de R\$ 54.054 em decorrência de supostas infrações relacionadas ao evento climático ocorrido em novembro de 2023. Em 25 de abril de 2024, a Companhia ingressou com recurso na ANEEL, cumprindo o prazo estabelecido pelo regulador contra a aplicação do referido AI – vide nota explicativa nº 28, com a classificação de risco de perda como possível. Ainda relacionado ao evento climático, identificou-se o início de procedimentos administrativos e o ajuizamento de diversas ações judiciais de ordem individuais e coletivas. O efeito destas ações para o período findo em 31 de março de 2024 foi avaliado de acordo com CPC 25 / IAS 37 como risco de perda possível, considerando opinião dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia - vide nota explicativa nº 16.2 (a2).

1.2 Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Notas Explicativas
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 5.982, para o ciclo tarifário de 2022 e R\$ 11.442, para o ciclo tarifário de 2023 devido a uma alteração de metodologia do regulador. Estes montantes foram registrados como passivo financeiro setorial 100% amortizados no ciclo tarifário de 2023, não havendo mais valores a repassar no ciclo tarifário atual.

Na mesma Resolução, a ANEEL aprovou as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia. Os pedidos de reequilíbrio deveriam ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irre recuperáveis, ocorrida conforme o Despacho nº 663/2022. Em 10 de março de 2022, a Companhia protocolou pedido de reequilíbrio econômico à ANEEL, em função de situação extraordinária decorrente de lei estadual que impediu os cortes de energia em 2020 e 2021 e provocou aumento no nível de inadimplência.

Em 13 de junho de 2023, a diretoria da ANEEL decidiu pela realização de Consulta Pública nº 019/2023 para discutir a Revisão Tarifária Extraordinária da Companhia, devido à pandemia. O prazo para envio de contribuições foi até 31 de julho de 2023.

O principal objetivo é adequar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão da Companhia, que foi impactado pelos efeitos da Lei Estadual do Governo do Estado do Rio de Janeiro que proibiu o corte de energia elétrica durante o período da pandemia de Covid-19.

Em 31 de outubro de 2023, em reunião pública de diretoria, a ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) da Companhia. Os efeitos da RTE, conforme o Despacho ANEEL nº 4.089/2023, foram incorporados no reajuste tarifário de 2024, no valor de R\$ 181.223.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da "Conta Escassez Hídrica". No processo tarifário de 2024 a ANEEL homologou conforme Resolução Homologatória nº 3.312/2024 o montante, a ser pago pela Companhia, de R\$ 9.851 relativo ao spread financeiro do referido empréstimo.

Já a Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabelece os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução também foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária, estes foram atualizados pelas Resoluções Normativas nº 1.010, de 29 de março de 2022 e nº 1.019, de 19 de abril de 2022. Os recursos da conta escassez hídrica foram recebidos em parcela única em 9 de maio de 2022 no montante de R\$ 189.908, e foram contabilizados contra os saldos de passivos setoriais. O pagamento do empréstimo aos bancos está sendo feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023, sendo, portanto, pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia. A cobertura tarifária referente à Conta Escassez Hídrica foi homologada por meio do Despacho nº 510, de 24 de fevereiro de 2023.

1.4 Panorama das renovações de concessões no Brasil

O vencimento da concessão da Companhia está previsto para dezembro de 2026. A Companhia aguarda a publicação de um Decreto Presidencial para as diretrizes das renovações das concessões, e em seguida

Notas Explicativas
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



a abertura de consulta pública pela Aneel para definição do novo modelo de contrato de concessão ainda em 2024. Em 6 de dezembro de 2023, a Companhia enviou o pedido de prorrogação não vinculante para habilitação à renovação da concessão. Pela proposta do MME, a declaração vinculante deverá ser feita no prazo de 90 dias após a publicação do novo contrato de concessão.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1 Base de preparação**2.1.1 Declaração de conformidade**

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, emitidas em 28 de fevereiro de 2024 (última demonstração financeira anual). As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Contudo, as informações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações financeiras intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria em 29 de abril de 2024.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1.3 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.1.4 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado do Rio de Janeiro), e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (distribuição de energia elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

3. Principais políticas contábeis e estimativas

As normas, políticas contábeis, e estimativas relevantes aplicadas à estas informações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

As normas contábeis listadas abaixo emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia, não produziram efeitos relevantes sobre as informações financeiras intermediárias no período findo em 31 de março de 2024, bem como sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo 31 de dezembro de 2023, aprovadas pela Administração em 28 de fevereiro de 2024:

3.1 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis atualmente utilizadas pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com covenants.	1º de janeiro de 2024
CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40/IFRS7 – instrumentos financeiros evidencição	Requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CPC 06 (R2) / IFRS 16	Responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
Arrendamentos		

3.2 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas informações financeiras intermediárias da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio (IAS 21)	Falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	1º de janeiro de 2025
CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) / IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	A data efetiva dessas alterações foi diferida por tempo indeterminado. A adoção antecipada continua sendo permitida somente para IFRS.

4. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios**4.1 Reajuste tarifário anual 2024**

No dia 12 de março de 2024 a diretoria da ANEEL prorrogou as tarifas da Companhia do dia 15 de março de 2024 até uma nova decisão, já que nem todos os diretores da ANEEL estavam presentes na deliberação. Em 19 de março de 2024, a ANEEL, em reunião pública de sua diretoria, deliberou sobre o reajuste tarifário periódico de 2024 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 20 de março de 2024 (Resolução Homologatória nº 3.312/2024) um reajuste de +1,19% composto por (i) reajuste econômico de +6,54%, sendo +4,87% de Parcela A, +1,67% de Parcela B e (ii) componente financeiro de -5,35%. Considerando o componente financeiro considerado no último processo tarifário de +2,26%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +3,45%.

O reajuste tarifário médio de +3,45% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo +4,97% e +3,00% para alta e baixa tensão, respectivamente.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reajuste Tarifário 2024	
Encargos Setoriais	0,88%
Energia Comprada	1,46%
Encargos de Transmissão	2,48%
Receita Irrecuperável	0,05%
Parcela A	4,87%
Parcela B	1,67%
Reajuste Econômico	
	6,54%
CVA Total	-0,12%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	-5,23%
Reajuste Financeiro	-5,35%
Índice de Reajuste Total	1,19%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	2,26%
Efeito Para o Consumidor	3,45%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o reajuste tarifário, tiveram os seguintes impactos:

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em +7,41%, representando +4,87% no reajuste econômico.

- Encargos Setoriais: R\$ 1.452 milhões. Um acréscimo de +5,01%, representando +0,88% no reajuste econômico;
- Energia Comprada: R\$ 2.796 milhões. O aumento de +4,26% decorre principalmente do aumento do custo unitário de contratos de Cotas de Garantia Física – CCGF e nos CCEARs por disponibilidade. O custo de compra de energia representa +1,46% no reajuste econômico, englobando a receita irrecuperável da Companhia; e
- Encargos de Transmissão: R\$ 1.162 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de +20,13%, correspondendo a um efeito de +2,48% no reajuste econômico.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em +4,88%, representando uma participação de +1,67% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IPCA de +4,40% no período de 12 meses findos em fevereiro de 2024; e
- Fator X de +0,24%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,269%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel RJ;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de +0,267%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -0,300%.

Componentes financeiros: Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante negativo de R\$ 420 milhões, dentre os quais destacam-se: R\$ 9 milhões negativos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”); negativos da sobrecontratação de R\$ 41 milhões; e negativo de PIS/COFINS de R\$ 553 milhões; sendo estes valores parcialmente compensados por componentes de neutralidade dos encargos setoriais positivo de R\$ 23 milhões; RTE da COVID de R\$ 181 milhões; e previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 200 milhões.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Bandeira tarifária

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.306/2024 a ANEEL estabeleceu novos valores para os patamares de acionamento das bandeiras tarifárias, vigentes a partir de 1º de abril de 2024, sendo:

- **Bandeira verde:** condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- **Bandeira amarela:** condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- **Bandeira vermelha:** condições mais custosas de geração. As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores. Desde 16 de abril de 2022, a bandeira tarifária vigente é a verde.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31.03.2024	31.12.2023
Caixa e contas correntes bancárias	59.462	27.391
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	111.433	25.884
Operações compromissadas	134.346	887
	245.779	26.771
Fundos não exclusivos		
Fundos de investimentos abertos	11.392	11.100
Total de fundos de investimento não exclusivos	11.392	11.100
Total	316.633	65.262

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas por compromissadas e CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Em 31 de março de 2024, os certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados em média a 100,79% e 90,06% do CDI, respectivamente (100,32% e 89,89% do CDI, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e curva da taxa CDI mensal.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



6. Títulos e valores mobiliários

	31.03.2024	31.12.2023
Fundos de investimentos não exclusivos	122.138	120.888
Fundos de investimentos exclusivos (a)	105	114
Títulos públicos	103	110
LF - Letra Financeira	2	4
Total	122.243	121.002

(a) Fundo exclusivo das empresas do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das quarenta e três cotistas e apresenta 0,04% de representatividade sobre o total do fundo em 31 de março de 2024 (0,08% em 31 de dezembro de 2023)

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de Investimento não exclusivo, administrados por Asset de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o *benchmark* que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento em 31 de março de 2024. As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas em 31 de março de 2024, em média, a 100,59% do CDI (93,06% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

7. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

A composição do saldo de consumidores e outras contas a receber é como segue:

A vencer	Vencidos					Total	PECLD	31.03.2024	
	até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Mais de 360 dias				
Classes de consumidores:									
Residencial	252.034	262.972	58.437	104.118	170.639	1.279.350	2.127.550	(1.313.113)	814.437
Industrial	17.701	5.490	650	1.478	2.332	26.166	53.817	(24.532)	29.285
Comercial	72.944	40.545	7.295	16.630	25.081	195.694	358.189	(157.519)	200.670
Rural	7.473	7.774	2.224	5.318	4.120	18.582	45.491	(19.321)	26.170
Poder público	64.612	34.542	5.695	10.965	17.178	66.660	199.652	(40.142)	159.510
Iluminação pública	32.101	10.867	3.518	10.654	23.065	107.324	187.529	(39.814)	147.715
Serviço público	20.451	1.235	379	413	908	4.286	27.672	(1.061)	26.611
Fornecimento faturado	467.316	363.425	78.198	149.576	243.323	1.698.062	2.999.900	(1.595.502)	1.404.398
Receita não faturada	624.228	-	-	-	-	-	624.228	(21.740)	602.488
Parcelamento de débitos	2.286	11.707	7.550	15.695	56.414	536.440	630.092	(79.950)	550.142
Compartilhamento - uso mútuo	14.113	6.845	-	10.295	17.891	43.273	92.417	(37.124)	55.293
Agente de cobrança da iluminação pública	2.639	1.595	-	2.266	4.391	16.655	27.546	(10.939)	16.607
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	4.136	4.136	(4.136)	-
Total	1.110.582	383.572	85.748	177.832	322.019	2.298.566	4.378.319	(1.749.391)	2.628.928
									Circulante
									2.092.488
									Não circulante
									536.440

A vencer	Vencidos					Total	PECLD	31.12.2023	
	até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Mais de 360 dias				
Classes de consumidores:									
Residencial	249.984	230.179	38.193	100.811	184.496	1.234.943	2.038.606	(1.237.893)	800.713
Industrial	19.686	7.963	581	1.243	2.775	27.706	59.954	(31.515)	28.439
Comercial	79.933	40.886	6.199	17.326	31.018	192.795	368.157	(177.477)	190.680
Rural	7.343	8.637	2.411	3.173	2.832	17.781	42.177	(16.903)	25.274
Poder público	59.726	26.536	7.119	11.878	12.074	63.916	181.249	(32.214)	149.035
Iluminação pública	32.043	10.856	3.865	11.928	15.410	110.676	184.778	(40.245)	144.533
Serviço público	23.467	2.379	171	597	565	4.364	31.543	(1.160)	30.383
Fornecimento faturado	472.182	327.436	58.539	146.956	249.170	1.652.181	2.906.464	(1.537.407)	1.369.057
Receita não faturada	625.116	-	-	-	-	-	625.116	(22.826)	602.290
Parcelamento de débitos	4.302	9.797	5.436	13.576	74.932	510.328	618.371	(75.470)	542.901
Compartilhamento - uso mútuo	7.893	10.259	1.085	8.905	18.071	37.923	84.136	(41.912)	42.224
Agente de cobrança da iluminação pública	2.555	769	725	2.214	10.588	8.864	25.715	(9.504)	16.211
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	4.136	4.136	(4.136)	-
Total	1.112.048	348.261	65.785	171.651	352.761	2.213.432	4.263.938	(1.691.255)	2.572.683
									Circulante
									2.062.357
									Não circulante
									510.326

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Notas Explicativas
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rubricas de origem	31.12.2023	Provisões	Perda	31.03.2024
Consumidores e outras contas a receber	(1.691.256)	(101.558)	43.421	(1.749.391)
Outros ativos	(22.811)	632	-	(22.179)
	(1.714.067)	(100.926)	43.421	(1.771.570)
Circulante	(1.709.931)			(1.767.434)
Não Circulante	(4.136)			(4.136)
Total	(1.714.067)			(1.771.570)

Rubricas de origem	31.12.2022	Provisões	Perda	31.03.2023
Consumidores e outras contas a receber	(1.542.822)	(41.738)	28.465	(1.556.095)
Outros ativos	(23.586)	(1.133)	-	(24.719)
	(1.566.408)	(42.871)	28.465	(1.580.814)
Circulante	(1.562.272)			(1.576.675)
Não Circulante	(4.136)			(4.139)
Total	(1.566.408)			(1.580.814)

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus reflexos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A perda esperada em contas a receber abrange a melhor estimativa da Companhia e é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações financeiras intermediárias e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos possíveis são confiavelmente mensuráveis e têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia tem intensificado ações de conscientização e cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos e campanhas negociais; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) proporção aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo cartão de crédito, pix e parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos e "cash back" para as contas de energia vencidas ou não.

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	31.03.2024	31.03.2023
Provisão	(100.926)	(42.871)
	(100.926)	(42.871)



Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativos e passivos financeiros setoriais

Correspondem às diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo essas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita líquida, no resultado do período, representando o diferimento e amortização.

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Ativo (passivo) financeiro setorial líquido	31.12.2023	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	31.03.2024	Valores em amortização	Valores em constituição	Passivo circulante	Passivo não circulante
CVA	(67.384)	(16.814)	65.139	(8.346)	(569)	(27.974)	4.085	(32.059)	2.679	(30.653)
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	(273.357)	(77.065)	78.586	(2.731)	(5.990)	(280.557)	(181.213)	(99.344)	(185.568)	(94.989)
Proinfa	(1.141)	(2.409)	1.332	-	(77)	(2.295)	(2.294)	(1)	(2.294)	(1)
Transporte Rede Básica	101.332	30.628	(18.294)	-	2.813	116.479	85.726	30.753	87.074	29.405
Transporte de Energia - Itaipu	21.548	4.558	(3.374)	-	505	23.237	17.193	6.044	17.458	5.779
ESS	73.677	27.619	16.143	(5.615)	2.218	114.042	84.290	29.752	85.594	28.448
CDE	10.557	(145)	(9.254)	-	(38)	1.120	383	737	415	705
Demais passivos financeiros setoriais	(12.330)	(196.374)	(11.996)	-	7.765	(212.935)	(109.701)	(103.234)	(119.428)	(93.507)
Neutralidade da Parcela A	90.243	(78.438)	(6.086)	-	(5.847)	(128)	21.526	(21.654)	20.577	(20.705)
Sobrecontratação de Energia (a)	(27.896)	(80.322)	(21.037)	-	(622)	(129.877)	(37.747)	(92.130)	(41.786)	(88.091)
Devoluções Tarifárias	(34.917)	(8.190)	7.603	-	3.464	(32.040)	(28.858)	(3.182)	(28.997)	(3.043)
Bandeiras tarifárias não homologadas	(2.686)	(2.754)	-	-	-	(5.440)	-	(5.440)	(5.439)	(1)
Risco hidrológico	(211.487)	(51.303)	48.635	-	(3.063)	(217.218)	(200.531)	(16.687)	(201.262)	(15.956)
Financeiro bandeira escassez hídrica (b)	65.558	-	(65.558)	-	-	-	-	-	-	-
Revisão Tarifária Extraordinária	177.057	-	(15.102)	-	4.167	166.122	166.122	-	166.122	-
Outros	(68.202)	24.633	39.549	-	9.666	5.646	(30.213)	35.859	(28.643)	34.289
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	(79.714)	(213.188)	53.143	(8.346)	7.196	(240.909)	(105.616)	(135.293)	(116.749)	(124.160)

(a) Sobrecontratação de Energia: a variação está relacionada ao aumento da quantidade comprada no mercado de curto prazo, sendo 414 Mwh no primeiro trimestre em comparação a 509 Mwh no primeiro trimestre de 2024, bem como a redução do PLD médio de R\$ 69,04 no primeiro trimestre de 2023 em comparação a R\$ 61,09 no primeiro trimestre de 2024;

(b) Financeiro de escassez hídrica: Conforme definido na Resolução nº 3/2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidro energética (CREG), no processo tarifário anterior, ocorrido em março de 2023, foi considerado um financeiro negativo para retirar o efeito dos custos ainda não cobertos pelas Bandeiras. O referido financeiro negativo, dividido em componentes de energia e ESS, foi contemplado no processo tarifário subsequente,



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

devidamente atualizado pela taxa Selic e amortizado 100% do seu valor ao longo do período de abril de 2023 a março de 2024, sendo que no primeiro trimestre de 2024 foram amortizadas as 3 últimas parcelas do processo no montante de R\$ 65.558.

Ativo (passivo) financeiro setorial Líquido	31.12.2022	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	31.03.2023	Valores em amortização	Valores em constituição	Passivo Circulante	Passivo não circulante
CVA	(164.359)	3.000	(106.520)	(8.584)	(9.503)	(285.966)	(274.242)	(11.724)	(274.754)	(11.212)
Aquisição de Energia - (CVAenerg) (a)	(242.480)	(49.676)	(32.770)	(1.232)	(10.724)	(336.882)	(257.007)	(79.875)	(260.499)	(76.383)
Proinfa	2.496	(6.042)	(1.350)	-	(154)	(5.050)	(5.050)	-	(5.050)	-
Transporte Rede Básica	50.498	20.668	(9.694)	-	1.708	63.180	42.362	20.818	43.273	19.907
Transporte de Energia - Itaipu	7.974	3.182	(1.141)	-	281	10.296	7.096	3.200	7.237	3.059
ESS (b)	(43.632)	36.668	(45.035)	(7.352)	(2.530)	(61.881)	(104.890)	43.009	(103.011)	41.130
CDE	60.785	(1.800)	(16.530)	-	1.916	44.371	43.247	1.124	43.296	1.075
Demais passivos financeiros setoriais	24.278	(80.531)	18.826	-	6.070	(31.357)	110.192	(141.549)	98.399	(129.756)
Neutralidade da Parcela A (c)	61.626	(60.145)	(10.215)	-	(6.605)	(15.339)	22.708	(38.047)	21.046	(36.385)
Sobrecontratação de Energia (d)	119.432	(68.435)	10.309	-	3.118	64.424	134.578	(70.154)	131.511	(67.087)
Devoluções Tarifárias	(30.207)	(8.614)	6.668	-	1.874	(30.279)	(27.389)	(2.890)	(27.515)	(2.764)
Bandeiras tarifárias não homologadas	(4.583)	(1.279)	-	-	-	(5.862)	-	(5.862)	(5.862)	-
Risco hidrológico	(177.857)	(45.980)	42.430	-	(3.129)	(184.536)	(167.229)	(17.307)	(167.986)	(16.550)
Financeiro bandeira escassez hídrica (e)	307.096	58.010	(32.778)	-	28.237	360.565	360.565	-	360.565	-
Outros (f)	(251.229)	45.912	2.412	-	(17.425)	(220.330)	(213.041)	(7.289)	(213.360)	(6.970)
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	(140.081)	(77.531)	(87.694)	(8.584)	(3.433)	(317.323)	(164.050)	(153.273)	(176.355)	(140.968)

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos compensáveis

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar e compensar estão apresentados de forma líquida entre ativo e passivo, portanto, não há saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar, já que o saldo líquido é a compensar, conforme quadro a seguir:

	31.03.2024	31.12.2023
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis		
Imposto de renda	98.393	88.463
Contribuição social	7.726	18.370
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	531	4.176
	106.650	111.009
Imposto de renda e contribuição sociais a pagar		
Imposto de renda	3.138	-
Contribuição social	1.135	-
	4.273	-
Total de imposto de renda e contribuição social, líquidos	102.377	111.009

A composição de outros tributos compensáveis, está demonstrada a seguir:

	31.03.2024		31.12.2023	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros tributos compensáveis				
ICMS	10.149	39.648	10.336	39.648
ICMS - Lei Complementar nº 102/00	114.154	82.518	113.468	86.756
PIS e COFINS	42.860	-	36.581	-
PIS e COFINS (ICMS) (a)	348.775	2.510.652	419.761	2.507.177
Outros tributos	1.890	-	1.890	-
Total	517.828	2.632.818	582.036	2.633.581

- (a) Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Companhia adotou os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (vide nota explicativa nº. 14).

10. Contratos de concessão público - privados

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro indenizável e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 19 de março de 2023, e o Reajuste Tarifário ocorreu em 19 de abril de 2024 (vide nota explicativa nº 4).

	Custo	31.03.2024	31.12.2023
Ativo contratual	10.1	1.115.764	975.888
Ativo financeiro da concessão	10.2	7.444.722	7.259.520
Ativo intangível da concessão	10.3	2.099.632	2.225.698
		10.660.118	10.461.106

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

10.1 Ativo contratual (infraestrutura em construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados.

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	998.368	(58.988)	939.380
Adições	342.070	-	342.070
Capitalização de juros de empréstimos	28	-	28
Transferência para o ativo intangível	(112.740)	-	(112.740)
Transferência para ativo indenizável	(76.103)	-	(76.103)
Transferência do ativo imobilizado	26	-	26
Saldo em 31 de março de 2023	1.151.649	(58.988)	1.092.661
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.034.876	(58.988)	975.888
Adições	266.643	-	266.643
Transferência para o ativo intangível	(59.741)	-	(59.741)
Transferência para ativo indenizável	(67.026)	-	(67.026)
Saldo em 31 de março de 2024	1.174.752	(58.988)	1.115.764

10.2 Ativo financeiro da concessão

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros na categoria de "valor justo por meio de resultado", pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Em 31 de março de 2024 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da concessão está assim apresentada:

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Ativo indenizável
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.412.960
Transferência do ativo contratual	76.103
Reclassificação para o ativo intangível - Revisão Tarifária	(40.927)
Atualização do ativo financeiro da concessão	99.524
Saldo em 31 de março de 2023	6.547.660
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.259.520
Transferência do ativo contratual	67.026
Atualização do ativo financeiro da concessão	118.176
Saldo em 31 de março de 2024	7.444.722

10.3 Intangível da concessão

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões da infraestrutura, conforme aplicação do ICPC 01 e IFRIC 12 - Contratos de Concessão, corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão e são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois, o menor.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão no caso das distribuidoras. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	31.03.2024			31.12.2023
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Em Serviço				
Direito de uso da concessão	6.825.054	(4.915.095)	(82.266)	1.827.693
Software	650.285	(379.486)	-	270.799
Bens de renda	21.876	(20.736)	-	1.140
Total	7.497.215	(5.315.317)	(82.266)	2.099.632
				2.225.698

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação do ativo intangível é como segue:

	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.292.413	(4.754.187)	(108.644)	2.429.582
Baixas	(10.325)	9.254	-	(1.071)
Amortização	-	(169.965)	5.256	(164.709)
Transferência dos ativos contratuais	112.740	-	-	112.740
Transferência do ativo indenizável	40.927	-	-	40.927
Reclassificação do ativo imobilizado	842	(455)	-	387
Saldo em 31 de março de 2023	7.436.597	(4.915.353)	(103.388)	2.417.856
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.442.140	(5.128.895)	(87.547)	2.225.698
Baixas	(4.666)	4.016	-	(650)
Amortização	-	(190.438)	5.281	(185.157)
Transferência dos ativos contratuais	59.741	-	-	59.741
Saldo em 31 de março de 2024	7.497.215	(5.315.317)	(82.266)	2.099.632

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



11. Imobilizado

O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados à atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação:

	31.12.2023	Adição	Depreciação	Transferência	31.03.2024
Imobilizado em serviço					
Terrenos	515	-	-	-	515
Edif. Ob. Cívics e benfeitorias	38.154	-	-	-	38.154
Máquinas e equipamentos	33.872	-	-	12.173	46.045
Veículos	2.695	-	-	-	2.695
Móveis e utensílios	31.676	-	-	-	31.676
Subtotal	106.912	-	-	12.173	119.085
Depreciação acumulada					
Edif. Ob. Cívics e benfeitorias	(14.428)	-	(276)	-	(14.704)
Máquinas e equipamentos	(11.188)	-	(946)	-	(12.134)
Veículos	(2.294)	-	(21)	-	(2.315)
Móveis e utensílios	(24.554)	-	(501)	-	(25.055)
Subtotal	(52.464)	-	(1.744)	-	(54.208)
Imobilizado em curso					
Edif. Ob. Cívics e benfeitorias	39.633	83	-	(6.234)	33.482
Máquinas e equipamentos	34.673	7.149	-	(5.939)	35.883
Veículos	594	-	-	-	594
Móveis e utensílios	8.104	(46)	-	-	8.058
Subtotal	83.004	7.186	-	(12.173)	78.017
Total do imobilizado	137.452	7.186	(1.744)	-	142.894
Ativo de direito de uso					
Terrenos	344	-	(20)	-	324
Imóveis	46.715	402	(3.012)	-	44.105
Veículos	15.922	42.744	(4.536)	-	54.130
Subtotal	62.981	43.146	(7.568)	-	98.559
Total	200.433	50.332	(9.312)	-	241.453

Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	Adição	Depreciação	Baixas	Transferência	Reclassificação	31.03.2023
Imobilizado em serviço							
Terrenos	515	-	-	-	-	-	515
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	37.942	-	-	-	-	-	37.942
Máquinas e equipamentos	83.191	-	-	(142)	229	(884)	82.394
Veículos	2.701	-	-	-	-	(6)	2.695
Móveis e utensílios	32.373	-	-	-	-	-	32.373
Subtotal	156.722	-	-	(142)	229	(890)	155.919
Depreciação acumulada							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(13.327)	-	(274)	-	-	-	(13.601)
Máquinas e equipamentos	(55.445)	-	(968)	142	-	455	(55.816)
Veículos	(2.209)	-	(20)	-	-	1	(2.228)
Móveis e utensílios	(23.000)	-	(523)	-	-	-	(23.523)
Subtotal	(93.981)	-	(1.785)	142	-	456	(95.168)
Imobilizado em curso							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	10.364	3.383	-	-	-	21	13.768
Máquinas e equipamentos	7.763	954	-	-	(229)	-	8.488
Veículos	594	-	-	-	-	-	594
Móveis e utensílios	3.585	164	-	-	-	-	3.749
Subtotal	22.306	4.501	-	-	(229)	21	26.599
Total do imobilizado	85.047	4.501	(1.785)	-	-	(413)	87.350
Ativo de direito de uso							
Terrenos	374	-	(24)	-	-	-	350
Imóveis	50.955	-	(2.622)	-	-	-	48.333
Veículos	3.735	-	(2.138)	-	-	-	1.597
Subtotal	55.064	-	(4.784)	-	-	-	50.280
Total	140.111	4.501	(6.569)	-	-	(413)	137.630

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil regulatória dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Edif. Ob. Civas e benfeitorias	3,33%
Veículos	14,29%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente em 31 de março de 2024:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	3,67
Imóveis	3,42
Veículos	1,83

12. Fornecedores

	31.03.2024	31.12.2023
Compra de energia	385.152	414.094
Compra de energia com partes relacionadas (nota 23)	6.259	5.174
Encargo de uso da rede	135.683	150.701
Total energia	532.535	569.969
Materiais e serviços	334.665	339.781
Materiais e serviços com partes relacionadas (nota 23)	237.179	175.406
Total fornecedores	1.104.379	1.085.156

Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Para o período findo em 31 de março de 2024, o montante destas operações é de R\$ 80.108 (R\$ 80.251 em 31 de dezembro de 2023).

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**13. Empréstimos e financiamentos**

Empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação.

13.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	31.03.2024			
	Circulante			Total Circulante
	Encargos	Principal	Total	
Moeda estrangeira:				
Scotiabank 4131 III	420	183.970	184.390	184.390
Scotiabank 4131 IV	145	110.382	110.527	110.527
Total	565	294.352	294.917	294.917
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas				
Enel Finance International N.V. III, IV,V, VI, VII, VIII (nota 23)	8.967	1.032.963	1.041.930	1.041.930
Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	8.967	1.032.963	1.041.930	1.041.930
Total moeda estrangeira	9.532	1.327.315	1.336.847	1.336.847
Moeda nacional:				
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas				
Enel Brasil Mútuo (nota 23)	565.504	4.172.790	4.738.294	4.738.294
CDSA (nota 23)	2.227	40.220	42.447	42.447
Enel CIEN (nota 23)	14.124	202.271	216.395	216.395
Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	581.855	4.415.281	4.997.136	4.997.136
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional	581.855	4.415.281	4.997.136	4.997.136
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda estrangeira	591.387	5.742.596	6.333.983	6.333.983

	31.12.2023					
	Circulante			Não circulante		Total Circulante + Não circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal	Total	
Moeda estrangeira:						
Scotiabank 4131 III	1.051	-	1.051	178.646	178.646	179.697
Scotiabank 4131 IV	518	-	518	107.187	107.187	107.705
Total	1.569	-	1.569	285.833	285.833	287.402
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas						
Enel Finance International N.V. III, IV,V, VI, VII, VIII (nota 23)	16.657	779.144	795.801	250.251	250.251	1.046.052
Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	16.657	779.144	795.801	250.251	250.251	1.046.052
Total moeda estrangeira	18.226	779.144	797.370	536.084	536.084	1.333.454
Moeda nacional:						
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas						
Enel Brasil Mútuo (nota 23)	433.341	3.182.012	3.615.353	-	-	3.615.353
Enel Finance International N.V. I e II (nota 23)	2.141	750.000	752.141	-	-	752.141
CDSA (nota 23)	999	40.220	41.219	-	-	41.219
Enel CIEN (nota 23)	7.793	202.271	210.064	-	-	210.064
Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	444.274	4.174.503	4.618.777	-	-	4.618.777
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional	444.274	4.174.503	4.618.777	-	-	4.618.777
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda estrangeira	462.500	4.953.647	5.416.147	536.084	536.084	5.952.231

Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



13.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o período findo em 31 de março de 2024:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
Enel Brasil Mútuo 74	101.114	02/01/2024	26/06/2024	CDI + 1,25%	Bullet	Bullet	100%	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 75	798.985	19/01/2024	30/06/2024	CDI + 1,25%	Bullet	Bullet	100%	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 76	90.679	15/02/2024	15/05/2024	CDI + 1,12%	Bullet	Bullet	100%	Capital de Giro	N/A

b) Empréstimos e financiamentos obtidos em períodos anteriores e vigentes no trimestre findo em 31 de março de 2024:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
Enel Brasil Mútuo 54	88.279	18/06/2020	17/06/2024	CDI + 2,30%	Bullet	Bullet	100%	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 55	750.000	07/07/2020	06/07/2024	CDI + 2,27%	Bullet	Bullet	100%	Capital de Giro	N/A
Scotiabank III	200.000	01/02/2021	03/02/2025	CDI + 1,39%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Scotiabank IV	120.000	26/02/2021	26/02/2025	CDI + 1,39%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Enel Finance International N.V. V (c/ Swap)	306.765	03/09/2021	03/09/2024	CDI + 1,53%	Bullet	Anual	100%	Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. VI (c/ Swap)	257.600	13/10/2021	14/10/2024	CDI + 1,59%	Bullet	Anual	100%	Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. VII (c/ Swap)	347.881	14/12/2021	16/12/2024	CDI + 1,65%	Bullet	Anual	100%	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 59	76.599	23/12/2022	30/06/2024	CDI + 1,32%	Bullet	Bullet	100%	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 60	30.233	26/12/2022	30/06/2024	CDI + 1,32%	Bullet	Bullet	100%	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 61	14.107	28/12/2022	30/06/2024	CDI + 1,32%	Bullet	Bullet	100%	Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. X (c/ Swap)	262.103	03/01/2023	03/01/2025	CDI + 5,76%	Bullet	Anual	100%	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 62	30.203	16/02/2023	30/06/2024	CDI + 1,15%	Bullet	Bullet	100%	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 63	70.482	17/04/2023	30/06/2024	CDI + 1,20%	Bullet	Bullet	100%	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 64	45.295	25/04/2023	30/06/2024	CDI + 1,20%	Bullet	Bullet	100%	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 65	350.836	10/07/2023	30/06/2024	CDI + 1,10%	Bullet	Bullet	100%	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 66	256.712	07/08/2023	30/06/2024	CDI + 1,40%	Bullet	Bullet	100%	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 67	30.342	14/08/2023	30/06/2024	CDI + 1,40%	Bullet	Bullet	100%	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 68	50.567	15/08/2023	30/06/2024	CDI + 1,40%	Bullet	Bullet	100%	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 69	23.259	17/08/2023	30/06/2024	CDI + 1,40%	Bullet	Bullet	100%	Capital de Giro	N/A
Mútuo I Ampla - CIEN	70.794	25/08/2023	30/06/2024	CDI + 1,67%	Bullet	Bullet	100%	Capital de Giro	N/A
Mútuo II Ampla - CIEN	91.018	15/09/2023	30/06/2024	CDI + 1,57%	Bullet	Bullet	100%	Capital de Giro	N/A
Mútuo III Ampla - CIEN	40.459	16/10/2023	30/06/2024	CDI + 1,42%	Bullet	Bullet	100%	Capital de Giro	N/A
Mútuo II Ampla - CDSA	40.220	19/10/2023	30/06/2024	CDI + 1,43%	Bullet	Bullet	100%	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 70	50.282	17/11/2023	30/06/2024	CDI + 0,40%	Bullet	Bullet	100%	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 71	50.580	22/12/2023	26/06/2024	CDI + 1,60%	Bullet	Bullet	100%	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 72	1.213.670	27/12/2023	26/06/2024	CDI + 1,60%	Bullet	Bullet	100%	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 73	50.567	28/12/2023	26/06/2024	CDI + 1,60%	Bullet	Bullet	100%	Capital de Giro	N/A

c) Empréstimos e financiamentos liquidados no período findo em 31 de março de 2024:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
Enel Finance International N.V.	750.000	21/12/2020	22/01/2024	CDI + 1,41%	Bullet	Anual	100%	Capital de Giro	N/A

13.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	31.03.2024		31.12.2023	
	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional				
CDI	4.997.136	78%	4.618.777	78%
Moeda estrangeira				
Dólar	294.917	5%	287.402	5%
Euro	1.041.930	17%	1.046.052	17%
Total	6.333.983	100%	5.952.231	100%

13.4 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram a seguinte variação:

Indexador (*)	31.03.2024
	%
CDI	10,65
Dólar	5,00
Euro	5,40

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(*) Índice do último dia do período.

13.5 Movimentações dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	625.088	1.796.999	1.633.050	1.117.048	5.172.185
Captações	30.203	-	-	262.103	292.306
Encargos provisionados	95.022	-	25.738	-	120.760
Encargos pagos	(4.671)	-	(2.153)	-	(6.824)
Variação cambial	-	-	3.935	(9.825)	(5.890)
Transferências	709.875	(709.875)	32	(32)	-
Amortizações	(2.064)	-	-	-	(2.064)
Ajuste a valor de mercado	-	-	(36.529)	2.416	(34.113)
Saldo em 31 de março de 2023	1.453.453	1.087.124	1.624.073	1.371.710	5.536.360
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.618.777	-	797.370	536.084	5.952.231
Captações	990.778	-	-	-	990.778
Encargos provisionados	146.175	-	7.774	-	153.949
Encargos pagos	(8.594)	-	(16.485)	-	(25.079)
Variação cambial	-	-	12.790	-	12.790
Transferências	-	-	536.084	(536.084)	-
Amortizações	(750.000)	-	-	-	(750.000)
Ajuste a valor de mercado	-	-	(686)	-	(686)
Saldo em 31 de março de 2024	4.997.136	-	1.336.847	-	6.333.983

13.6 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não há contratos com cláusulas financeiras restritivas (*covenants*).

14. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em março de 2017 o Supremo Tribunal Federal - STF decidiu o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021 o STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 9 de setembro de 2021.

A Companhia discute o tema em ação judicial desde 2008 e em setembro de 2021 tomou ciência do trânsito em julgado de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, reconhecendo o direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS.

Em conformidade com a decisão de segunda instância judicial e com o julgamento do tema de repercussão geral, a Companhia a partir do recolhimento de maio de 2021 passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas bases de cálculo das referidas contribuições.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada Medida Provisória 1202/23, regulamentada pela Portaria Normativa do MF n.14 de 5 de janeiro de 2024, alterando a legislação que trata das compensações tributárias, criando limites para utilização de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado e prevendo que as compensações poderão ser realizadas inclusive após 5 anos.

A Companhia seguirá adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, inclusive as supracitadas (Medida Provisória 1202/23 e Portaria Normativa MF 14/24). Até 31 de março de 2024 o total compensado pela Companhia foi de R\$ 879.584 (R\$ 766.243 em 31 de dezembro de 2023).

Tratamento do regulador

Em 17 de março de 2020, a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

Foi publicada a Lei 14.385/2022 em 27 de junho de 2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e embora ainda não regulamentada a forma definitiva de devolução pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, os processos tarifários de 2022, 2023 e 2024 já contemplam a devolução parcial de tais valores. Para o período findo em 31 de março de 2024, o total devolvido aos consumidores foi de R\$ 127.778 (R\$ 457.860 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	Nota	31.03.2024	31.12.2023
PIS/COFINS - tributo a compensar			
<u>Ativo circulante</u>	9	348.775	419.761
<u>Ativo não circulante</u>	9	2.510.652	2.507.177
Total do ativo		2.859.427	2.926.938
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
<u>Passivo circulante</u>	14	331.844	380.399
<u>Passivo não circulante</u>	14	2.600.895	2.634.288
Total do passivo		2.932.739	3.014.687
		31.03.2024	31.12.2023
Receita financeira			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	19	45.830	233.008
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir	19	(45.830)	(233.008)
Impacto líquido		-	-

A seguir é apresentada a movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.164.281	3.239.539
Atualização	60.824	60.824
Compensação	(14.695)	-
Devolução consumidores	-	(59.007)
Saldo em 31 de março de 2023	3.210.410	3.241.356
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.926.938	3.014.687
Atualização	45.830	45.830
Compensação	(113.341)	-
Devolução consumidores	-	(127.778)
Saldo em 31 de março de 2024	2.859.427	2.932.739

15. Obrigações com benefícios pós-emprego

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar a totalidade das obrigações da patrocinadora junto aos planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) Mínimo e sua Interação, no montante total do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a Companhia assinou junto da Brasiletros para equacionar déficits registrados pelos planos, já que a patrocinadora tem responsabilidade conforme a legislação vigente.

A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV) que são administrados pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O PCA, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O PACV, estruturado na modalidade de contribuição variável, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora.

A movimentação contábil do passivo registrado aberto por plano (Benefício Definido, Contribuição Variável, Assistência Médica e FGTS), nos períodos findos em 31 de março de 2024 e 2023, é apresentada a seguir:

	PCA	PACV	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	98.851	167.220	15.447	281.518
Custo do serviço corrente	-	54	398	164	616
Custo dos juros líquidos	-	2.362	4.105	343	6.810
Contribuições reais do empregador	-	(3.456)	(6.370)	-	(9.826)
Saldos em 31 de março de 2023	-	97.811	165.353	15.954	279.118
	PCA	PACV	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7.247	115.852	165.566	16.074	304.739
Custo do serviço corrente	(5)	57	459	168	679
Custo dos juros líquidos	183	2.720	3.919	341	7.163
Contribuições reais do empregador	-	-	(7.464)	-	(7.464)
Saldos em 31 de março de 2024	7.425	118.629	162.480	16.583	305.117

Despesa reconhecida nos resultados dos períodos findos em 31 de março de 2024 e 2023:

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.03.2024	31.03.2023
Custo do serviço corrente	679	616
Custos dos juros	7.163	6.810
Total de despesas	7.842	7.426

16. Provisão para processos judiciais e outros riscos

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, tributária, regulatória e outras.

Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas informações financeiras intermediárias referentes ao período findo em 31 de março de 2024, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

16.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

	31.12.2023	Adições	Reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31.03.2024
Trabalhistas (a)	363.951	1.962	(1.563)	5.800	(2.454)	367.696
Cíveis (b)	374.888	81.699	(31.702)	18.294	(43.651)	399.528
Fiscais (c)	26.499	2.330	-	233	(2.330)	26.732
Regulatório (d)	22.740	-	(321)	-	(22.419)	-
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	788.078	85.991	(33.586)	24.327	(70.854)	793.956
Outras provisões (e)	5.071	-	-	-	-	5.071
Total - Provisões para processos judiciais e outros riscos	793.149	85.991	(33.586)	24.327	(70.854)	799.027
Não circulante	793.149					799.027

	31.12.2022	Adições	Reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31.03.2023
Trabalhistas (a)	350.348	9.665	(13.180)	10.399	(1.551)	355.681
Cíveis (b)	376.241	53.249	(24.309)	55.559	(34.979)	425.761
Fiscais (c)	25.452	-	-	278	(32)	25.698
Regulatório (d)	1.882	-	-	63	-	1.945
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	753.923	62.914	(37.489)	66.299	(36.562)	809.085
Outras provisões (e)	5.071	-	-	-	-	5.071
Total - Provisões para processos judiciais e outros riscos	758.994	62.914	(37.489)	66.299	(36.562)	814.156
Não circulante	758.994					814.156

a) Processos trabalhistas

A Companhia mantém 755 processos com prognóstico provável, compostos por ações de natureza trabalhista (empregados próprios e terceirizados) e previdenciária. As ações envolvem, em sua maioria, pedidos de vínculo de emprego com a Companhia, nos processos de terceirizados e, conseqüente equiparação aos direitos dos empregados da Companhia ou eventuais verbas inadimplidas por seus empregadores.

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**b) Processos cíveis**

Grande parte da provisão está vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Processos fiscais

Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são:

c.1) O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor de ICMS no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de março de 2024 de R\$ 15.935 (R\$15.795 em 31 de dezembro de 2023).

c.2) Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. A Companhia provisionou equivalente a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 31 de março de 2024 de R\$ 6.952 para o auto de infração, sendo o valor total de R\$ 17.380, (R\$ 6.897 e R\$ 17.243 em 31 de dezembro de 2023) e de R\$ 631 para a execução fiscal, sendo valor total de R\$ 3.153 (R\$ 624 e R\$ 3.122 em 31 de dezembro de 2023), respectivamente.

d) Processos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 846/2019 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão. Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

Auto de Infração - AI nº 29/2020: Em 20 de julho de 2020, a Companhia recebeu AI sobre indicadores de qualidade, referente ao plano de resultados de 2018/2019. A Companhia apresentou interposição de recurso, contra a penalidade. Em 6 de fevereiro de 2024, ANEEL decidiu analisar o recurso e negar o pedido da Companhia, no sentido de manter a aplicação da multa no montante original de R\$ 17.011. Diante da resposta da ANEEL, a Companhia decidiu pelo reconhecimento da penalidade. Em 06 de março de 2024 a Companhia efetuou o pagamento no montante de R\$ 22.419, dessa forma o processo foi arquivado.

e) Outras provisões

A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

16.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível (contingentes)

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.03.2024	31.12.2023
Trabalhistas	256.202	240.663
Cíveis (a)	1.413.340	1.389.517
Fiscais (b)	1.292.764	2.112.024
Juizados especiais	486.990	360.641
Total	3.449.296	4.102.845

Os processos não detalhados nas presentes informações financeiras intermediárias não tiveram alterações relevantes, exceto às regulares atualizações de valores. As descrições e históricos detalhados podem ser verificados na nota explicativa no 16.2 das Informações Financeiras intermediárias relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

a) Cíveis

a.1 ENDICON – Indenização por perdas e danos em função de rescisão contratual: a empreiteira, ex-fornecedora da Companhia, demanda indenização pela rescisão contratual. Alega que uma sucessão de eventos ocorridos nos contratos com a Companhia resultou em desequilíbrio econômico-financeiro e prejuízos materiais e morais. A Companhia apresentou sua defesa em dezembro de 2021 o processo encerrou a fase postulatória e deu início a fase probatória. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a condenação pode envolver uma eventual indenização.

a.2 Ações indenizatórias - Evento climático - Em decorrência do evento climático do dia 18 de novembro de 2023, encontram-se ativas no período findo em 31 de março de 2024, 4.857 ações individuais e 18 ações coletivas ajuizadas por representantes Municipais e Ministério Público, nas quais são pleiteadas medidas liminares para providências de atendimento da Distribuidora e fornecimento de informações e, ao final, a manutenção das medidas de atendimento bem como a condenação ao pagamento de valores a título de danos morais e materiais individuais e coletivos a serem apurados em momento processual oportuno, ou seja, quando ocorrerem decisões e/ou perícias. Dessa forma, para o período findo em 31 de março de 2024, do total de 4.857 ações individuais, R\$ 92.886 estão avaliadas como risco de perda possível. Quanto às ações coletivas, ainda não é possível estimar os valores das causas, pois estão sujeitas a perícias e decisões para liquidação do valor.

b) Fiscais**b.1) Temas federais****Imposto de renda retido na fonte - Emissão de *Fixed Rate Notes* (FRN)**

Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de Fixed Rate Notes (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Em março de 2024, após o pedido da Companhia para exclusão da multa e dos correspondentes juros e encargos, conforme previsto pela Lei 14.689/2023, a Fazenda reduziu o valor em 56%. A Companhia segue discutindo o tema através de ação judicial.

b.2) Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 505.992 em 31 de março de 2024 (R\$ 498.404 em 31 de dezembro de 2023), que tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; (iv) comparação entre informes gerenciais, livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores; (v) quebra de diferimento de isentos e (vi) cobranças de ICMS originadas da discussão dos consumidores com o Estado sobre a alíquota aplicável e

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



sobre a incidência do ICMS na demanda contratada de energia; (vii) multa formal por erro no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN") e; (viii) ICMS referente a clientes baixa renda, receitas não tributáveis e aplicação de multa por não escrituração de notas fiscais.

b.3) Temas municipais

No âmbito municipal, a Companhia discute com os municípios de Niterói e Rio das Ostras temas referentes à Taxa de Uso de Solo e Empachamento que juntos somam o valor de R\$ 18.724, em 31 de março de 2024 (R\$ 25.952 em 31 de dezembro de 2023). Quanto ao ISS há execução fiscal apresentada pelos municípios de Niterói, no montante de R\$ 3.514, em 31 de março de 2024 (R\$ 3.465 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia discute com os municípios de Rio Bonito e Itaboraí cobrança de Contribuição de Iluminação Pública no valor atualizado em 31 de março de 2024 de R\$ 76.865 (R\$ 75.478 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de março de 2024 de R\$ 40.673 (R\$ 64.807 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia teve desfecho favorável em 2 processos que discutiam não homologação de compensações federais por erro de fato, no valor total de R\$ 24.400, tendo sido cancelados os débitos.

16.3 Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados a ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31.03.2024	31.12.2023
Trabalhistas	145.158	144.138
Cíveis	81.458	73.645
Fiscais	1.331	1.305
Total	227.947	219.088

17. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social é de R\$ 4.438.230, totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.03.2024		31.12.2023	
	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital
Enel Brasil S.A.	253.548.631	99,81%	253.548.631	99,81%
Outros	486.175	0,19%	486.175	0,19%
Total de ações em circulação	254.034.806	100,00%	254.034.806	100,00%

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**c) Reforço de capital de giro**

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

d) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do período, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

	31.03.2024	31.03.2023
Perda de instrumentos financeiros derivativos	(36.977)	(111.851)
Tributos diferidos sobre perda de instrumentos financeiros derivativos	12.572	38.030
	(24.405)	(73.821)

e) Dividendos a pagar

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldo de dividendos a pagar, referentes a exercícios anteriores, no montante de R\$ 77.666. O referido saldo será liquidado conforme disponibilidade de caixa da Companhia e não é prevista incidência de qualquer atualização monetária.

18. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

	31.03.2024	31.03.2023
Lucro (prejuízo) líquido do período	28.350	(6.269)
Número de ações	254.034.806	240.209.921
Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)	0,11160	(0,02610)

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**
31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



19. Receita líquida

Nota	31.03.2024			31.03.2023			
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica							
Classe de consumidores:							
Residencial	20.1	2.865.703	1.465.305	653.004	2.836.687	1.351.488	568.921
Industrial	20.1	3.529	32.148	131.931	3.606	33.253	149.819
Comercial	20.1	137.668	374.765	563.742	136.202	380.967	501.725
Rural	20.1	64.938	38.910	73.581	64.571	34.697	58.558
Poder público	20.1	14.115	119.562	179.229	13.710	109.092	153.727
Iluminação pública	20.1	2.619	131.394	68.068	2.539	144.149	65.896
Serviço público	20.1	3.378	47.906	87.366	3.177	64.297	93.532
Transferência para atividades de distribuição	20.1	-	-	(1.353.281)	-	-	(1.160.673)
Suprimento - Agente de Distribuição	20.1	6	103.538	13.193	5	122.576	40.153
Fornecimento faturado		3.091.956	2.313.528	416.833	3.060.497	2.240.519	471.658
Outras receitas - originadas de contratos com clientes							
Fornecimento não faturado	20.3	-	-	624.228	-	-	705.834
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	20.2	-	-	1.353.281	-	-	1.160.673
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	20.2	1.329	891.480	286.753	971	3.110.658	246.616
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	20.2	-	-	(26.135)	-	-	(21.763)
Total receitas - originadas de contratos com clientes		3.093.285	3.205.008	2.654.960	3.061.468	5.351.177	2.563.018
Outras receitas							
Ativo e passivo financeiro setorial	20.7	-	-	(32.267)	-	-	(106.219)
Subvenção baixa renda	20.6	-	-	69.949	-	-	33.980
Subvenção de recursos da CDE	20.6	-	-	79.661	-	-	73.849
Receita de construção	20.4	-	-	266.644	-	-	342.070
Atualização do ativo financeiro da concessão	10.2	-	-	118.176	-	-	99.524
Outras receitas	20.5	-	-	2.178	-	-	39.086
Total outras receitas		-	-	504.341	-	-	482.290
Receita operacional bruta		3.093.285	3.205.008	3.159.301	3.061.468	5.351.177	3.045.308
Deduções da receita operacional bruta							
ICMS	20.8	-	-	(587.207)	-	-	(458.065)
COFINS - corrente	-	-	-	(165.466)	-	-	(158.188)
PIS - corrente	-	-	-	(35.846)	-	-	(34.343)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	-	(17.002)	-	-	(16.540)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	(294.881)	-	-	(275.264)
Encargos do consumidor - CORBT	-	-	-	24	-	-	47
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	-	(2.256)	-	-	(2.390)
ISS	-	-	-	(1.259)	-	-	(1.195)
Total das deduções da receita operacional bruta		-	-	(1.103.893)	-	-	(945.938)
Receita operacional líquida		3.093.285	3.205.008	2.055.408	3.061.468	5.351.177	2.099.370

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**20. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)**

	31.03.2024					31.03.2023						
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras	Total
Pessoal	(50.101)	-	(8.222)	-	-	(58.323)	(33.291)	-	(15.289)	-	-	(48.580)
Material	1.532	-	(2.280)	-	-	(748)	(9.693)	-	47	-	-	(9.646)
Serviços de terceiros	(149.478)	(5.725)	(17.429)	-	-	(172.632)	(158.197)	(5.059)	(13.256)	-	-	(176.512)
Energia elétrica comprada para revenda	(619.868)	-	-	-	-	(619.868)	(667.020)	-	-	-	-	(667.020)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(270.929)	-	-	-	-	(270.929)	(219.396)	-	-	-	-	(219.396)
Encargos de serviços do sistema	(69.723)	-	-	-	-	(69.723)	(74.629)	-	-	-	-	(74.629)
Depreciação e amortização	(175.352)	-	(9.312)	-	-	(184.664)	(155.280)	-	(6.569)	-	-	(161.849)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(57.505)	-	(57.505)	-	-	-	(14.406)	-	(14.406)
Perda de recebíveis de clientes	-	-	-	(43.421)	-	(43.421)	-	-	-	(28.465)	-	(28.465)
Custo de construção	(266.644)	-	-	-	-	(266.644)	(342.070)	-	-	-	-	(342.070)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(43.098)	-	-	(43.098)	-	-	(21.333)	-	-	(21.333)
Receita de multas por impontualidade de clientes	-	-	-	-	24.495	24.495	-	-	-	-	21.185	21.185
Outras receitas (despesas) operacionais	(19.448)	-	(1.656)	-	7.761	(13.343)	(15.802)	-	(44.317)	-	-	(60.119)
Subtotal	(1.620.011)	(5.725)	(81.997)	(100.926)	32.256	(1.776.403)	(1.675.378)	(5.059)	(100.717)	(42.871)	21.185	(1.802.840)

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**20.1 Custo do serviço de energia elétrica****20.1.1 Energia elétrica comprada para revenda**

	31.03.2024	31.03.2023
Custo com energia elétrica comprada para revenda		
Itaipu Binacional	(89.482)	(145.177)
CCEE - Câmara de comercialização de energia elétrica	(35.649)	(55.593)
CCEAR's - Compra de Energia Ambiente Regulado	(396.543)	(329.831)
CCEAR's - Compra de Energia Ambiente Regulado - Partes Relacionadas (nota 23)	(11.815)	(7.517)
CCGF - Regime de Cotas de Garantia - Partes Relacionadas (nota 23)	(2.415)	(2.472)
Proinfa	(25.900)	(28.848)
Eletrobrás termonuclear S/A-Eletronuclear	(32.980)	(32.906)
Cotas de garantia física	(70.280)	(76.103)
Risco hidrológico	3.096	3.824
Exposição involuntária	-	(34.360)
Geração Distribuída - GD (*)	(3.032)	-
Outros	(526)	(361)
(-) Crédito de PIS e COFINS	45.658	42.324
	(619.868)	(667.020)

(*) A Geração Distribuída – GD, permite ao consumidor gerar energia e utilizar essa geração como crédito no seu consumo. Embora as regras de devolução ao consumidor pela GD não estejam consolidadas, a Companhia reconheceu provisão, com base em sua melhor estimativa no valor de R\$ 3.032.

20.1.2 Encargos do uso do sistema de transmissão

	31.03.2024	31.03.2023
Encargos de uso rede de transmissão		
Rede básica	(217.876)	(174.130)
Rede básica - Partes Relacionadas (nota 23)	-	(1.458)
Contratos de uso do sistema de distribuição – CUSD	(74.127)	(61.888)
Encargos de conexão	(12.509)	(11.496)
(-) Crédito de PIS e COFINS	33.583	29.576
	(270.929)	(219.396)
Encargos de serviços do sistema		
Encargo do serviço do sistema - ESS	(69.723)	(74.629)
	(69.723)	(74.629)
Total	(960.520)	(961.045)

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**21. Resultado financeiro**

	31.03.2024	31.03.2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	5.249	7.386
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	9.462	9.155
Dívida - Marcação a mercado	686	36.529
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	561	-
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	41.434	50.489
Outras receitas financeiras	4.517	7.594
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(4.957)	(3.481)
Subtotal	56.952	107.672
Despesas financeiras		
Dívida - Marcação a mercado	-	(2.416)
Encargos de dívidas	(1.034)	(1.074)
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	(34.239)	(53.922)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(24.327)	(66.299)
Encargos fundo de pensão	(7.163)	(6.810)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	-	(32.625)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(38.898)	(94.587)
Encargos de mútuos	(152.915)	(119.686)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	-	28
IOF/IOC	(14.240)	(650)
Juros em arrendamento	(3.206)	(1.742)
Outras despesas financeiras	(15.980)	(14.786)
Subtotal	(292.002)	(394.569)
Variações cambiais líquidas		
Variações cambiais de dívidas	(12.790)	5.890
Variações cambiais de instrumentos financeiros derivativos	12.780	(5.890)
Outras variações cambiais	35	(30)
Subtotal das variações cambiais líquidas	25	(30)
Total do resultado financeiro	(235.025)	(286.927)

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**22. Imposto de renda e contribuição social****(a) Imposto corrente**

Conforme o artigo 228 do Regulamento do Imposto de Renda, a alíquota do IRPJ é de 15% (quinze por cento) sobre o lucro apurado, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$20/mês.

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	31.03.2024		31.03.2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(3.138)	(1.135)	(21.994)	(7.925)
Diferidos	(8.350)	(3.007)	10.330	3.717
Total	(11.488)	(4.142)	(11.664)	(4.208)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	43.980	43.980	9.603	9.603
Adições:				
Gratificação a administradores	210	210	110	110
Perdão de dívida	1.787	1.787	36.967	36.967
CME - Correção Monetária Especial	-	49	-	80
Total das adições	1.997	2.046	37.077	37.157
Base de cálculo	45.977	46.026	46.680	46.760
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
Receita(despesa) com tributos às alíquotas nominais	(11.488)	(4.142)	(11.664)	(4.208)
Complemento de variação cambial não realizada	-	-	-	-
Total da receita(despesa) com tributos	(11.488)	(4.142)	(11.664)	(4.208)
Alíquota efetiva	26,12%	9,42%	121,46%	43,82%

(b) Imposto diferido

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos no ativo em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balancos patrimoniais		Resultado		Outros resultados abrangentes	
	31.03.2024	31.12.2023	31.03.2024	31.03.2023	31.03.2024	31.03.2023
Tributos diferidos ativos:						
Provisão para processos judiciais e outros	269.945	267.947	1.998	18.755	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	295.089	260.774	34.315	14.575	-	-
Benefício pós-emprego	232.643	232.643	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	77.444	84.419	(6.975)	26.331	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - PL	12.572	16.845	-	-	(4.273)	8.770
Arrendamento - CPC 06 (R2)	2.355	3.482	(1.127)	(2.630)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	307.625	309.459	(1.834)	(12.825)	-	-
Outras provisões	76.122	73.677	2.445	3.679	-	-
Total dos diferidos ativos	1.273.795	1.249.246	28.822	47.885	(4.273)	8.770
Tributos diferidos passivos:						
Ativo indenizável (concessão)	(767.962)	(727.783)	(40.179)	(33.838)	-	-
Outros	(287)	(287)	-	-	-	-
Total dos diferidos passivos	(768.249)	(728.070)	(40.179)	(33.838)	-	-
Ativo/Passivo fiscal diferido, líquido	505.546	521.176	-	-	-	-
Total (receita) despesa com imposto de renda e contribuição social diferidos			(11.357)	14.047	(4.273)	8.770

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia estima que os saldos em 31 de março de 2024, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

23. Partes relacionadas**23.1 Controladora (Enel Brasil)**

Natureza da transação	Vigência	31.03.2024	31.12.2023	31.03.2024	31.03.2023
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)
Prestação de serviços técnicos e gestão	Março de 2020 a Março de 2025	(109.654)	(100.124)	-	-
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações	Fevereiro de 2024	(53.570)	(40.019)	-	-
Dividendos	Dezembro de 2019 a Dezembro de 2022	(77.635)	(77.635)	-	-
Mútuos	Vide nota 13	(4.738.294)	(3.615.353)	(132.163)	(53.131)
Comissão de fiança	Fevereiro de 2025	(111)	(277)	(160)	(175)
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura	Até o final da concessão	(18.922)	(16.929)	-	-
Total do saldo com partes relacionadas		(4.998.186)	(3.850.337)	(132.323)	(53.306)

Notas Explicativas
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 31 de março de 2024
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



23.2 Empresas em controle comum

Natureza da transação e parte relacionada	Vigência	31.03.2024	31.12.2023	31.03.2024	31.03.2023
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)
Benefícios pós-emprego		(288.665)	(288.665)	(7.163)	(6.810)
Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS	Até o final da concessão	(288.665)	(288.665)	(7.163)	(6.810)
Compra e venda de estoque		(2.890)	(4.306)	-	-
Companhia Energética do Ceará - COELCE	Conforme demanda	(1.189)	2.404	-	-
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.		(1.701)	(6.710)	-	-
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em fatura de energia)		-	6	-	184
Enel X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	-	6	-	184
Prestação de serviços de desenvolvimento		(345)	872	256	-
Gridspertise Latam S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	-	1.075	-	-
Enel X Brasil S.A.		(345)	(203)	256	-
Suprimento de energia - CCEAR		(6.369)	(1.568)	(14.231)	(9.990)
Enel Green Power Volta Grande S.A.		(720)	(783)	(2.101)	(2.144)
Enel Green Power Paranapanema S.A.		(84)	(92)	(245)	(256)
Enel Green Power Mourão S.A.		(24)	(26)	(69)	(72)
Enel Green Power Cabeça de Boi S.A.		(177)	(126)	(311)	(285)
Enel Green Power Fazenda S.A.		(129)	(63)	(208)	(191)
Enel Green Power Salto Apicás S.A.		(291)	(208)	(512)	(471)
Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		(177)	(129)	(370)	(334)
Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		(187)	(141)	(344)	(309)
Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 17 S.A.		(115)	-	(213)	(189)
Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 13 S.A.		(125)	-	(228)	(205)
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 7 S.A.		(140)	-	(268)	(234)
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 11 S.A.		(156)	-	(301)	(263)
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 19 S.A.		(166)	-	(321)	(280)
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 08 S.A.		(175)	-	(338)	(295)
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 14 S.A.	Até o final da concessão	(164)	-	(316)	(277)
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 17 S.A.		(179)	-	(345)	(301)
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 21 S.A.		(164)	-	(317)	(277)
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 1 S.A.		(187)	-	(360)	(315)
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 2 S.A.		(194)	-	(372)	(326)
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 6 S.A.		(194)	-	(374)	(327)
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 4 S.A.		(181)	-	(350)	(306)
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 3 S.A.		(190)	-	(365)	(319)
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 5 S.A.		(191)	-	(371)	(323)
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 20 S.A.		(187)	-	(360)	(315)
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 15 S.A.		(183)	-	(351)	(307)
Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 15 S.A.		(122)	-	(225)	(201)
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 10 S.A.		(164)	-	(318)	(278)
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 09 S.A.		(171)	-	(332)	(288)
Enel Green Power Zeus II - Delfina 8 S.A.		(110)	-	(3.414)	(302)
Enel Trading Brasil S.A.		(1.122)	-	(232)	-
Reembolso de despesas de viagens		(201)	(199)	-	-
ENDESA S.A.	Até o final da concessão	(201)	(199)	-	-
Encargo de uso do sistema de transmissão		-	-	-	(1.458)
Enel Cien S.A.	Até o final da concessão *	-	-	-	(1.458)
Mútuo		(1.300.772)	(2.049.476)	(24.295)	(32.032)
Enel Finance International N.V.	Vide nota 13	(1.041.930)	(1.798.193)	(16.736)	(32.032)
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.		(42.447)	(41.219)	(1.228)	-
Enel Cien S.A.		(216.395)	(210.064)	(6.331)	-
Reembolso expatriados		(1.101)	(1.756)	77	65
Enel SpA		(717)	(709)	-	200
Enel Italia SpA		-	(261)	-	-
Enel Romania S.A.		444	444	-	-
Enel North America INC	Até o final da concessão	380	-	77	-
E-Distributie Muntenia S.A.		-	303	-	77
Enel Distribucion Chile S.A.		(76)	(76)	-	-
Enel Global Infrastructure And Networks S.r.l.		(1.132)	(1.457)	-	(212)
Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM		(1.189)	(1.180)	-	-
Enel Iberia S.r.l.	Até o final da concessão	(1.189)	(1.180)	-	-
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme despacho N° 338 de 06 de fevereiro de 2019 (*)		6.803	3.618	-	-
Enel Green Power Volta Grande S.A.	Fevereiro de 2024	781	781	-	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.		(170)	(170)	-	-
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.		2.928	2.928	-	-
Companhia Energética do Ceará - COELCE		2.404	-	-	-
Enel Cien S.A.		79	79	-	-
Total do saldo com partes relacionadas		(1.594.729)	(2.342.654)	(45.356)	(50.041)

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



* Em dezembro de 2022, a concessão da interconexão Brasil-Argentina (Garabi I e Garabi II) foi licitada no leilão 002/2022 no lote 5 e a Cien S.A. optou por não participar da licitação. O vencedor da licitação e novo operador da concessão foi a Transmissora Aliança de Energia Elétrica – TAESA, que assumiu a concessão a partir de 31 de março de 2023, até essa data a Cien S.A. operou por designação. Até essa data, as transações da Companhia de encargos do uso do sistema com a Enel CIEN, foram consideradas como transações entre partes relacionadas.

Suprimento de energia – CCEAR

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de recursos humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

Mútuos

As informações sobre os contratos de mútuos com a Enel Brasil encontram-se detalhadas nos quadros da nota explicativa nº 13.

Remuneração da Administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos períodos findos em 31 de março de 2024 e 2023, encontra-se disposta no quadro abaixo. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	31.03.2024	31.03.2023
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	516	837
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	-	21
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	57	82
Total	573	940

24. Objetivos e políticas para a gestão de riscos financeiros**Considerações gerais**

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**24.1 Instrumentos financeiros****24.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros**

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Rúbrica	Categoria	Nível*	31.03.2024		31.12.2023	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	316.633	316.633	65.262	65.262
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	122.243	122.243	121.002	121.002
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	Custo amortizado	2	2.628.928	2.628.928	2.572.683	2.572.683
Ativo indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	3	7.444.722	7.444.722	7.259.520	7.259.520
Total do ativo			10.512.526	10.512.526	10.018.467	10.018.467
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	4.997.136	5.008.616	4.618.777	2.383.334
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	1.336.847	1.277.887	1.333.454	1.260.106
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	241.965	241.965	251.682	251.682
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	2	20.623	20.623	43.300	43.300
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	105.485	105.485	73.219	73.219
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	Passivos financeiros pelo custo amortizado		77.666	77.666	77.666	77.666
Passivos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	240.909	240.909	79.712	79.712
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.104.379	1.104.379	1.085.156	1.085.156
Total do passivo			8.125.010	8.077.530	7.562.966	5.254.175

* Conforme detalhado na nota explicativa 24.1.2 Hierarquia do valor justo

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As aplicações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com "expertise" necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Notas Explicativas
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 31 de março de 2024
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

Os contratos em aberto em 31 de março de 2024 são os seguintes:

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
SCOTIABANK S.A III	01/02/2021	03/02/2025	Cash Flow	USD + 1,3930%aa	CDI + 1,48% aa	200.000
SCOTIABANK S.A IV	26/02/2021	26/02/2025	Cash Flow	USD + 1,3930%aa	CDI + 1,48% aa	120.000
ITAÚ S.A.	03/09/2021	03/09/2024	Cash Flow	EUR + 1,53%aa	CDI + 1,79% aa	306.765
HSBC BANK II	13/10/2021	14/10/2024	Cash Flow	EUR + 1,59%aa	CDI + 1,77% aa	257.600
Bradesco	14/12/2021	16/12/2024	Cash Flow	EUR + 1,65%aa	CDI + 1,78% aa	347.881
BNP PARIBAS S.A V	03/01/2023	03/01/2025	Trading	EUR + 5,76%aa	CDI + 2,59% aa	262.103
Total						1.494.349

A movimentação é como segue:

	Derivativos
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(322.885)
Juros provisionados	(94.587)
Variação cambial	(5.890)
Marcação a mercado no resultado	(32.625)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(25.794)
Pagamento de juros	21.545
Saldo em 31 de março de 2023	(460.236)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(294.982)
Juros provisionados	(38.898)
Variação cambial	12.780
Marcação a mercado no resultado	561
Marcação a mercado no patrimônio líquido	12.567
Pagamento de juros	45.384
Saldo em 31 de março de 2024	(262.588)

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) de 31 de março de 2024 estão dispostos a seguir:

Contraparte	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes	Resultado financeiro
SCOTIABANK S.A III	(28.196)	(19.256)	(8.940)	-
SCOTIABANK S.A IV	(16.581)	(10.788)	(5.793)	-
ITAÚ S.A.	(63.358)	(57.656)	(5.702)	-
HSBC BANK II	(61.243)	(55.443)	(5.800)	-
Bradesco	(72.587)	(61.845)	(10.742)	-
BNP PARIBAS S.A V	(20.623)	(18.410)	-	(2.213)
Total	(262.588)	(223.398)	(36.977)	(2.213)

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) hedge de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) hedge de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A estimativa de valor justo das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de março de 2024.

(i) Hedge de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do hedge é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos), uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

(iii) Sumário da posição dos contratos

Os contratos com instrumento financeiro derivativo em aberto em 31 de março de 2024 estão demonstrados acima.

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do hedge estão demonstrados a seguir:

Contrato	Taxa de juros contratual a.a.	31.03.2024	Categoria
SCOTIABANK 4131 III	USD + 1,39%	184.390	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,39%	(177.103)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,48%	205.299	Cash Flow
		212.586	
SCOTIABANK 4131 IV	USD + 1,39%	110.528	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,39%	(105.840)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,48%	122.421	Cash Flow
		127.109	
EFI - Credit Agreement V 50 MEUR	EUR + 1,53%	272.154	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 1,53%	(268.308)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,79%	331.666	Cash Flow
		335.512	
EFI - Credit Agreement VI 40 MEUR	EUR + 1,59%	217.405	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 1,59%	(213.541)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,77%	274.784	Cash Flow
		278.648	
EFI - Credit Agreement VII 55 MEUR	EUR + 1,65%	298.517	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 1,65%	(291.184)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,78%	363.772	Cash Flow
		371.105	
EFI - Credit Agreement X 46 MEUR	EUR + 5,76%	253.853	Fair Value
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 5,76%	(252.911)	Fair Value
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 2,16%	273.533	Fair Value
		274.475	

A diferença entre o valor na curva (*accrued*) e o valor justo se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de swap na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 31 de março de 2024, o saldo do swap a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**24.1.2 Hierarquia do valor justo**

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

24.1.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da *Holding* (Enel SpA), que estabelece as normas para a gestão de riscos por meio das respectivas políticas, procedimentos, sistemas etc. Essas diretrizes são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Este sistema é supervisionado pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e o sistema de gestão de riscos, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Existe uma política específica de controle e gestão de riscos aplicável à Enel Brasil e suas subsidiárias, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aderindo aos requisitos locais em matéria de gestão de riscos.

Adicionalmente, existem procedimentos organizacionais na Companhia que abordam a gestão de riscos de forma abrangente, os quais complementam outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos nas funções corporativas ou nas linhas de negócio do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, sendo elas: política de gestão de garantias, política de controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), política de mudanças climáticas, dentre outras.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, *compliance* e operacional; e 37 (trinta e sete) subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela *Holding*; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos.

O sistema de controle e gestão de risco da Companhia é composto por três linhas de defesa, visando alcançar uma gestão eficaz e eficiente, nas quais as áreas de negócio e a área de Controles Internos são a primeira linha de defesa, a área de Controle de Riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna, atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas linhas desempenha um papel distinto dentro da estrutura de governança mais ampla da organização. Elas têm a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo a alta administração informada pela primeira e segunda linhas de defesa, e o Conselho de Administração (Diretores), por sua vez, pela segunda e terceiras linhas de defesa.

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A área de *Risk Control Brazil* (Controle de Riscos Brasil) possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos, onde o principal objetivo é identificar de forma preventiva riscos (endógenos e exógenos), analisar, avaliar e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização destes riscos, dentro do processo de avaliação de riscos, bem como realizar o devido tratamento por meio da definição de ações de mitigação e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e seus respectivos *Risk Owners* (Proprietários dos Riscos), com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro da estrutura organizacional da Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável pelo processo de negócio no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação deste risco.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e (iv) ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de março de 2024 é:

	Nota	31.03.2024	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	316.633	65.262
Títulos e valores mobiliários	b.1.1	122.243	121.002
Instrumentos financeiros derivativos	b.1.1	(262.588)	(294.982)
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	b.1.2	2.628.928	2.572.683
Ativo indenizável (concessão)	b.1.3	7.444.722	7.259.520
		10.249.938	9.723.485

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (nota 7).

(b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 31 de março de 2024, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.03.2024	31.12.2023
AAA	342.247	152.313
AA+	3.545	3.472
AA	33.622	3.088
Total geral	379.414	158.873

Instrumentos financeiros derivativos	31.03.2024	31.12.2023
AA-	(262.588)	(294.982)
Total geral	(262.588)	(294.982)

(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas.

(b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(b.1.4) Operação com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

(b.2) Gerenciamento de Capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo:

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.03.2024	31.12.2023
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	6.333.983	5.952.231
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 23)	262.588	294.982
Dívida	6.596.571	6.247.213
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(316.633)	(65.262)
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	(122.243)	(121.002)
Dívida líquida (a)	6.157.695	6.060.949
Patrimônio líquido (b)	5.377.524	5.340.880
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	53,38%	53,16%

O índice de endividamento em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, calculados pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida, estão demonstrados no quadro acima.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A Companhia apresentou um caixa positivo gerado de suas atividades operacionais nos últimos exercícios e para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 31 de março de 2024 é de R\$ 80.000. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio dos Despachos N^os 2.979/2018, 1.923/2020, 902/2021 e 3.754/2021, que totalizam R\$ 5.800.000. A Companhia também possui limite de mútuo com as mutuantes CDSA e Enel CIEN aprovado pela ANEEL, por meio do despacho N^o 647/2021, no valor de até R\$ 500.000.

Do total de dívida no passivo circulante, parte significativa refere-se a créditos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 4.738.294, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados caso seja necessário.

A Companhia conta também com o apoio financeiro da Holding do grupo (Enel Spa) que, por meio da Enel Finance International (EFI), disponibiliza recursos para financiar investimentos e capital de giro. Em 31 de março de 2024 o saldo de empréstimos com a EFI no passivo circulante é de R\$ 1.041.930.

A capacidade de suporte é verificada por meio da posição positiva de caixa e liquidez em 31 de março de 2024 dos Controladores, e reforçada pela nota de risco de crédito do Grupo classificada como AAA (bra) pela Fitch.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de março de 2024						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	-	2.113	2.133	288.042	-	292.288
Empréstimos e financiamentos partes relacionadas	814.981	557.111	4.276.391	262.933	29.931	5.941.347
Instrumentos financeiros derivativos - recebimentos	26.083	19.475	255.545	83.448	44.689	429.240
Total	841.064	578.699	4.534.069	634.423	74.621	6.662.876

(b.4) Riscos de mercado**(b.4.1) Riscos de taxas de juros**

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em 31 de março de 2024, a Companhia possuía 99,58% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI).

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.03.2024	%	31.12.2023	%
Selic	105	0,03%	114	0,07%
CDI	379.309	99,97%	158.759	99,93%
Total	379.414	100,00%	158.873	100,00%

Ativo indenizável	31.03.2024	%	31.12.2023	%
IPCA	7.444.722	100,00%	7.259.520	100,00%
Total	7.444.722	100,00%	7.259.520	100,00%

Empréstimos, financiamentos e derivativos	31.03.2024	%	31.12.2023	%
Taxa fixa	27.960	0,42%	38.359	0,61%
CDI	6.568.611	99,58%	6.208.854	99,39%
Total	6.596.571	100,00%	6.247.213	100,00%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia. Em 31 de março de 2024 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Em 31 de março de 2024 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3). Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Ativos financeiros	Posição em 31.03.2024	Projeção receitas financeiras - 2024				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
SELIC		4,92%	7,38%	9,84%	12,30%	14,76%
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	105	5	8	10	13	15
CDI		4,92%	7,38%	9,84%	12,30%	14,76%
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	379.309	18.662	27.993	37.324	46.655	55.986
IPCA		2,54%	3,81%	5,08%	6,35%	7,62%
Ativo indenizável	7.444.722	189.096	283.644	378.192	472.740	567.288
Subtotal	7.824.136	207.763	311.645	415.526	519.408	623.289

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota explicativa nº 13.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Dívidas	Posição em 31.03.2024	Projeção despesas financeiras - 2024				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI						
MÚTUO ENEL BRASIL 54	(128.855)	(2.388)	(3.187)	(3.969)	(4.734)	(5.483)
MÚTUO ENEL BRASIL 55	(1.119.870)	(27.443)	(36.649)	(45.653)	(54.464)	(63.090)
MÚTUO ENEL BRASIL 59	(84.255)	(1.358)	(1.880)	(2.391)	(2.890)	(3.379)
MÚTUO ENEL BRASIL 60	(33.254)	(536)	(742)	(944)	(1.141)	(1.334)
MÚTUO ENEL BRASIL 61	(15.517)	(250)	(346)	(440)	(532)	(622)
MÚTUO ENEL BRASIL 62	(33.180)	(521)	(726)	(927)	(1.124)	(1.317)
MÚTUO ENEL BRASIL 63	(77.458)	(1.225)	(1.705)	(2.175)	(2.634)	(3.084)
MÚTUO ENEL BRASIL 64	(49.778)	(787)	(1.096)	(1.397)	(1.693)	(1.982)
Mútuo Ampla - Enel BR 65	(384.011)	(5.978)	(8.358)	(10.685)	(12.962)	(15.191)
Mútuo Ampla - Enel BR 66	(278.439)	(4.542)	(6.268)	(7.956)	(9.607)	(11.224)
Mútuo Ampla - Enel BR 67	(32.820)	(535)	(739)	(938)	(1.132)	(1.323)
Mútuo Ampla - Enel BR 68	(54.668)	(892)	(1.231)	(1.562)	(1.886)	(2.204)
Mútuo Ampla - Enel BR 69	(25.118)	(410)	(565)	(718)	(867)	(1.012)
Mútuo I Ampla - CIEN	(76.320)	(1.296)	(1.769)	(2.232)	(2.685)	(3.128)
Mútuo II Ampla - CIEN	(97.310)	(1.628)	(2.232)	(2.822)	(3.399)	(3.964)
Mútuo III Ampla - CIEN	(42.765)	(700)	(965)	(1.224)	(1.478)	(1.726)
Mútuo II Ampla - CDSA	(42.447)	(696)	(959)	(1.216)	(1.468)	(1.714)
Mútuo Ampla - Enel BR 70	(52.352)	(724)	(1.048)	(1.365)	(1.675)	(1.979)
Mútuo Ampla - Enel BR 71	(52.212)	(878)	(1.201)	(1.518)	(1.827)	(2.131)
Mútuo Ampla - Enel BR 72	(1.251.570)	(21.035)	(28.795)	(36.382)	(43.807)	(51.075)
Mútuo Ampla - Enel BR 73	(52.121)	(876)	(1.199)	(1.515)	(1.824)	(2.127)
Mútuo Ampla - Enel BR 74	(104.030)	(1.658)	(2.303)	(2.933)	(3.550)	(4.154)
Mútuo Ampla - Enel BR 75	(816.841)	(13.020)	(18.083)	(23.034)	(27.878)	(32.620)
Mútuo Ampla - Enel BR 76	(91.941)	(962)	(1.345)	(1.718)	(2.084)	(2.442)
Swap						
SCOTIABANK 4131 III	(184.390)	106.828	40.795	(7.428)	(45.638)	(77.388)
SCOTIABANK 4131 III - SWAP PA	177.103	(102.606)	(39.182)	7.135	43.834	74.330
SCOTIABANK 4131 III - SWAP PP	(205.299)	(12.103)	(16.618)	(21.035)	(25.361)	(29.598)
SCOTIABANK 4131 IV	(110.528)	64.035	24.453	(4.453)	(27.356)	(46.388)
SCOTIABANK 4131 IV - SWAP PA	105.840	(61.319)	(23.416)	4.264	26.196	44.421
SCOTIABANK 4131 IV - SWAP PP	(122.421)	(7.217)	(9.909)	(12.544)	(15.123)	(17.650)
EFI - Credit Agreement V 50 MEUR	(272.154)	86.406	33.259	(5.554)	(36.307)	(61.862)
EFI - Credit Agreement V 50MEUR - SWAP PA	268.308	(85.185)	(32.789)	5.476	35.794	60.988
EFI - Credit Agreement V 50MEUR - SWAP PP	(331.666)	(11.315)	(15.360)	(19.317)	(23.191)	(26.984)
EFI - Credit Agreement VI 40 MEUR	(217.405)	80.208	30.665	(5.516)	(34.183)	(58.005)
EFI - Credit Agreement VI 40MEUR - SWAP PA	213.541	(78.783)	(30.120)	5.418	33.575	56.974
EFI - Credit Agreement VI 40MEUR - SWAP PP	(274.784)	(10.870)	(14.764)	(18.573)	(22.302)	(25.954)
EFI - Credit Agreement VII 55 MEUR	(298.517)	140.851	53.362	(10.530)	(61.154)	(103.222)
EFI - Credit Agreement VII 55MEUR - SWAP PA	291.184	(137.391)	(52.051)	10.271	59.652	100.686
EFI - Credit Agreement VII 55MEUR - SWAP PP	(363.772)	(18.433)	(25.015)	(31.456)	(37.761)	(43.937)
EFI - Credit Agreement X 46MEUR	(253.853)	-	-	-	-	-
EFI - Credit Agreement X 46MEUR - SWAP PA	252.911	(124.355)	(41.713)	18.639	66.458	106.195
EFI - Credit Agreement X 46MEUR - SWAP PP	(273.533)	142.000	52.878	(12.207)	(63.777)	(106.630)
Subtotal	(6.596.567)	(119.587)	(188.916)	(253.124)	(313.985)	(372.329)
Total da exposição líquida	1.227.569	88.176	122.729	162.402	205.423	250.960

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

(b.4.2) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para a Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas à moeda estrangeira possuem contratos de swap. A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de março de 2024:

Passivos em moeda estrangeira	31.03.2024
Empréstimos e financiamentos	1.336.847
Exposição patrimonial	1.336.847
Ponta ativa - instrumentos financeiros	(1.308.887)
Exposição cambial total	27.960

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A Companhia também está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

Exposição às taxas de câmbio	Moeda estrangeira	31.03.2024
Fornecedores (Itaipu)	15.723	78.556
Passivo líquido exposto	15.723	78.556

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

(b.4.3) Risco de preço Regulação**Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento**

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa Aneel nº 1.003, de 1º de fevereiro de 2022), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

(c) Outros riscos**(c.1) Risco de regulação**

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

(c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia da Companhia consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1009, de 22 de março de 2022, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

Um fator que impacta consideravelmente o nível de contratação é a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, e, até o momento, a empresa não possui em seu portfólio contratos vigentes que permitam essa redução. Além disso, a crescente instalação de centrais de geração distribuída na área de concessão da companhia também tem contribuído bastante para a elevação dos níveis de contratação.

A sobrecontratação advinda da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores. De igual maneira, com base na Lei 14.300, de 06 de janeiro de 2022, a Companhia também entende que a sobrecontratação provocada pela instalação de centrais de geração distribuída também é involuntária, e repassada aos consumidores.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 1009 de 2022 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD de energia existente e de energia nova.

25. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 2.071.838 em 2024, R\$ 2.723.033 em 2025, R\$ 2.747.105 em 2026, R\$ 2.712.405 em 2027 e R\$ 42.756.696 após 2028.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente ao período findo em 31 de março de 2024 que foram homologados pela ANEEL.

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**26. Cobertura de seguros**

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco, estão demonstradas a seguir:

Bens segurados	Riscos cobertos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2023	31/10/2024	R\$ 9.973.165	R\$ 5.330.451
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2023	31/10/2024	-	R\$ 100.860
-	Responsabilidade civil de administradores	10/11/2023	10/11/2024	-	R\$ 73.489
-	Riscos ambientais	31/10/2023	31/10/2024	-	R\$ 106.609

(i) Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

27. Informações complementares às demonstrações dos fluxos de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

	31.03.2024	31.12.2023
Compensações de PIS e COFINS (nota 20)	(113.711)	(14.695)

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato).

A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	31.03.2024	31.12.2023
Pagamentos de juros apresentados nas atividades operacionais	(25.079)	(309.532)
Pagamentos de juros apresentados nas atividades de investimentos (juros capitalizados)	-	(36)
	(25.079)	(309.568)

Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Demonstrações do fluxo de caixa	31.03.2024	31.12.2023	Nº	Descrição
Atividades de financiamentos:				
Captação de empréstimos e financiamentos	990.778	2.727.388	13	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(750.000)	(1.975.969)	13	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de arrendamento (principal)	(10.183)	(6.958)		
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	-	(110.950)		
Pagamento de dividendos	-	(1)		
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	230.595	633.510		

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**28. Eventos subsequentes**

28.1 Eventos climáticos**Auto de Infração nº 02/2024 - Eventos climáticos**

O processo administrativo trata de fiscalização da ANEEL para verificar a atuação da Companhia frente ao evento climático ocorrido no dia 18 de novembro de 2023 no estado do Rio de Janeiro, quanto à diligência e esforços envidados para o reestabelecimento do fornecimento de energia às unidades consumidoras da área de concessão da Companhia. Em 28 de dezembro de 2023, a ANEEL emitiu o Termo de Notificação nº 069/2023-SFE (“TN”), acompanhado do Relatório de Fiscalização, indicando 1 não conformidade relacionada à suposta inadequação da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica pela Companhia. Em 29 de janeiro de 2024, a Companhia apresentou manifestação em face do TN, requerendo o cancelamento da não conformidade identificada e correspondente arquivamento dos autos. Entretanto, em 15 de abril de 2024, por entender que a não conformidade havia se confirmado, a área de fiscalização da ANEEL emitiu o Auto de Infração (“AI”) nº 06/2024, em que opina pela aplicação de multa à Companhia no valor de R\$ 54.054. Em 25 de abril de 2024, a Companhia ingressou com recurso na ANEEL, cumprindo o prazo estabelecido pelo regulador contra a aplicação do referido AI. A Companhia segue sua defesa na sequência das discussões com a Agência Reguladora. Caso o recurso seja negado, a Companhia avançará para a fase de judicialização, cujo prognóstico de êxito na esfera judicial, é possível.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro 20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Ampla Energia e Serviços S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ-092563/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria da Companhia

Os diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. (“Enel Distribuição Rio” ou “Companhia”), inscrita no CNPJ/MF Nº 33.050.071/0001-58, com sede na Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 701, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao período social encerrado em 31 de março de 2024.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora-Presidente

Francesco Tutoli
Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relação com Investidores

Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização

José Nunes de Almeida Neto
Diretor de Relações Institucionais

Damian Popolo
Diretor de Comunicação

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação

Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora Jurídica

Fernando Andrade
Diretor de Engenharia e Construção

José Luis Salas Rincon
Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes

Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretor de Mercado

Vago
Diretor de Compras

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Enel Distribuição Rio" ou "Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 33.050.071/0001-58, com Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 701, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, das disposições constantes nos incisos V e VI do §

1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao período social encerrado em 31 de março de 2024.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora-Presidente

Francesco Tutoli
Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relação com Investidores

Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização

José Nunes de Almeida Neto
Diretor de Relações Institucionais

Damian Popolo
Diretor de Comunicação

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação

Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora Jurídica

Fernando Andrade
Diretor de Enfermaria e Construção

José Luis Salas Rincon
Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes

Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretor de Mercado

Vago
Diretor de Compras